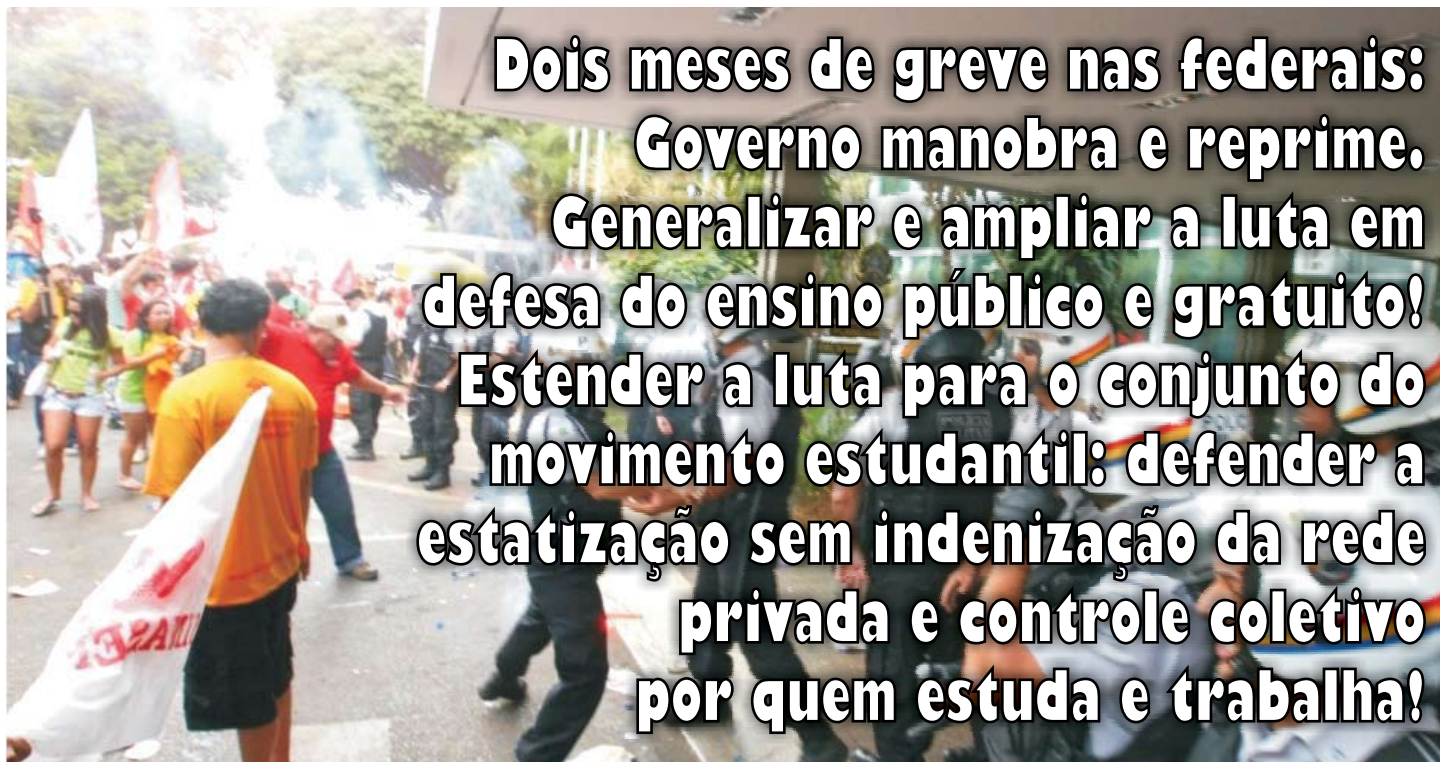




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 437 - DE 19 DE JULHO A 04 DE AGOSTO DE 2012 - R\$ 3,00



**Dois meses de greve nas federais:
Governo manobra e reprime.
Generalizar e ampliar a luta em
defesa do ensino público e gratuito!
Estender a luta para o conjunto do
movimento estudantil: defender a
estatização sem indenização da rede
privada e controle coletivo
por quem estuda e trabalha!**



**Os policiais bolivianos se chocam
contra o governo e se juntam
aos movimentos que lutam
contra Evo e sua política**

**Crise se aprofunda na Europa.
As massas saem às ruas
e combatem os planos
de ataque dos governos!**



Oposição revolucionária a Dilma

Elementos da crise

Os dados da economia no segundo trimestre indicam que as medidas tomadas pelo governo (sete pacotes nos últimos meses) não foram capazes de contornar a crise econômica. A economia regrediu mais 0,02%, mostrando uma estagnação desde dezembro de 2011. A indústria registrou mais 3,9% de retração, estabelecendo dois anos sem crescimento, ou pior, 2% de retrocesso. Isenção de IPI, alta cambial, baixa dos juros, incentivos ao crédito, nada disso evitou o atolamento da produção brasileira. A crise mundial capitalista arrasta o país.

O governo Dilma seguiu a mesma receita do governo Lula quando a crise se iniciou em 2008. Desta vez, no entanto, a receita fracassou.

A população assalariada não tem como ampliar seu endividamento. O agravamento da crise mundial e sua expansão não permitem se apoiar no comércio exterior. O crédito internacional se restringiu.

As frações da burguesia brasileira pressionam o governo para que tome outras medidas. A crise econômica contamina as relações políticas.

Fracasso da desvalorização do real frente ao dólar

O governo atendeu a uma demanda de setores exportadores e favoreceu a alta do dólar. A moeda norte-americana se valorizou cerca de 20% em poucas semanas. A consequência foi o impulso à alta dos gêneros de primeira necessidade: o comércio repassou a desvalorização da moeda aos preços e pressionou a inflação. Os produtos importados aumentaram seus custos. Mas a pretendida elevação das exportações não se realizou. Ao contrário, as pressões do comércio internacional descendente fizeram com que o saldo da balança comercial caísse 45% em relação ao mesmo período no ano passado. Ou seja, a medida de desvalorização não atenuou a crise e ainda agravou alguns aspectos. A inflação medida se manteve baixa por causa da redução dos preços dos automóveis e da linha branca, que puxaram o índice para baixo enquanto os gêneros de necessidades básicas puxaram o índice para cima. Mas para a maioria assalariada, o que pesou mesmo foi a alta do custo de vida.

Setores da burguesia criticam o governo por se limitar a responder à crise sem buscar outras medidas além das já experimentadas em 2008/2009. Reivindicam investimento no mercado interno, em especial obras de infraestrutura e mais benefícios fiscais. E pressionam o governo para que não atenda às demandas do funcionalismo e das universidades por reajustes e mais verbas.

O governo não tem como atender à demanda de ampliar os investimentos diante da pressão da oposição burguesa (PSDB/DEM), que tem obstruído a votação de projetos do chamado plano Brasil Maior, com interesse eleitoral. Prometeu não conceder reajuste aos professores das universidades federais em greve este ano, nem cumprir o acordo de repor 4% referentes a 2010. Procura acabar com a greve negociando aspectos do plano de carreira e uma promessa de reajuste parcelado em três anos, sem nenhuma obrigação de cumprimento imediato. A proposta na verdade já inclui os 4% que deve referentes a 2010 e não corrige sequer a inflação até 2015. Em termos reais,

é portanto um rebaixamento dos salários.

Mais pressão sobre os direitos trabalhistas

As multinacionais têm colocado em prática medidas de resposta à queda da produção industrial. Primeiro, aplicam o banco de horas e as férias coletivas. Depois, vêm os acordos de redução de jornada e de salários e os planos de rescisão voluntária. As demissões são o próximo passo.

As montadoras foram o setor mais sensível à retomada da crise. Planos de expansão de plantas industriais foram suspensos (GM). Aumentam as pressões para que se flexibilizem as leis trabalhistas, de forma a permitir transgredir a CLT em benefício dos capitalistas.

Desta vez, a iniciativa de flexibilização vem não da patronal, mas do sindicato metalúrgico do ABC. Os pelegos apresentam ao parlamento a proposta de flexibilização, que permitirá que os seus acordos malditos sejam superiores às leis trabalhistas. Junto do prato principal, o acompanhamento é a restrição a que somente os sindicatos majoritários possam negociar em nome dos trabalhadores.

De outro lado, os metalúrgicos de São José dos Campos se mobilizam contra as demissões e cortes de direitos.

O estado de São Paulo produzia 3 de cada 4 carros no Brasil na década de 1990. Hoje produz menos de 40%. A descentralização da produção automotiva nas últimas duas décadas corresponde à busca empresarial por incentivos fiscais e maior possibilidade de exploração do trabalho. O núcleo do sindicalismo reformista da CUT/PT assimilou a farsa burguesa de que os operários paulistas pedem demais, e se meteram a correr atrás da possibilidade de reduzir por acordo os direitos dos trabalhadores. Isolam os metalúrgicos do Vale do Paraíba e se juntam aos capitalistas que pretendem descarregar a crise sobre os assalariados.

Bolsas e desindustrialização

As bolsas de valores têm registrado sucessivas quedas. As notícias de retração da economia europeia, estagnação da economia norte-americana e queda do crescimento chinês pressionam os índices para baixo. Eventos ocasionais (aumento dos preços dos combustíveis brasileiros, medidas de contenção da crise na China) causam oscilações para mais ou para menos, mas a tendência geral é a de retração.

As quedas nas bolsas de valores refletem de um lado a essência da crise, que é a retração da produção; de outro, tornam-se elemento de estímulo para aprofundar a crise, seja pela contaminação, seja pela própria destruição de valores fictícios.

A crise tem afetado principalmente a indústria, não somente no Brasil, mas nos países de maior PIB per capita. A causa é que é na produção industrial que se concentra a criação de valor através da exploração da força de trabalho assalariado.

A chamada desindustrialização que se processa na economia brasileira (de 17% para 15% do PIB nos últimos dez anos) não tem a ver com isso, mas no aprofundamento da condição semicolonial do país no quadro mundial de divisão social do trabalho, em que o país ocupa papel de fonte de matérias-primas. A retração na indústria brasileira não é um fenômeno re-

sultante da crise mundial, embora com ela tenda a se acentuar. Nos anos de crescimento econômico, o processo também se deu, com a expansão do agronegócio e retração industrial. É a relação de interdependência, na qual o país ocupa papel de semicolônia, que impõe o aprofundamento do atraso relativo.

As pressões da crise tendem a fazer com que essa relação de atraso se aprofunde. É exemplar o caso da polêmica ao redor da montagem de calçados com insumos chineses. A Vulcabras acaba de perder um processo contra a Alpargatas, em que a acusava de fazer maquiagem com importação de produtos chineses, para dessa forma se livrar dos impostos. O juiz inocentou a empresa, apesar de, em duas das três linhas de montagem, registrar importação de mais de 90%, mas ter se livrado dos impostos mantendo a média geral abaixo dos 60% de importados. O alto grau de importação é ainda portanto maquiado com esse tipo de manobra. A desindustrialização e o aumento do atraso são maiores do que parecem.

Crise política tende a se aprofundar

A CPI do Cachoeira se encaminhava para um final melancólico. Depois de inocentar figurões dos partidos burgueses claramente envolvidos nos esquemas de propina, e de ter de ouvir o silêncio de acusados amparados por liminares, a CPI perdeu importância. Criada como moeda de troca para pressionar os parlamentares da oposição burguesa diante da aproximação do julgamento de parlamentares petistas envolvidos no mensalão, a CPI não poderia extrapolar e envolver a cúpula de todos os partidos burgueses e elevar o desgaste político da canalhada parlamentar diante das massas. As denúncias indicavam claramente que o Estado brasileiro é dirigido por um bando de quadrilhas, que se protegem umas às outras, e usam as denúncias recíprocas como moeda de barganha.

Mas as denúncias amplamente divulgadas na imprensa não poderiam ficar sem resposta. Negociou-se a cassação do senador (ex-DEM) Demóstenes Torres. A votação foi com ampla maioria, indicando um “acordão” entre os partidos, incluindo os opositores. Demóstenes volta para o ministério público de Goiás, assume seu cargo com três licenças prêmio, equivalentes a 224 mil reais (que lhe serão concedidas pelo presidente do tribunal, seu irmão), e mais seu salário mensal. Assume a vaga Wilder Moraes, ex-marido da atual mulher de Cachoeira, a quem confessa dever absolutamente tudo na política. Antes da suplência no Senado, foi secretário de infraestrutura do governo Perillo, indicado por Cachoeira. Mudam as peças, mas a máquina conti-

nua funcionando. Os crimes da burguesia são preservados pelas instituições manejadas pela mesma burguesia.

As massas permanecem à margem das disputas interburguesas nas CPIs e tribunais. A CUT ameaça convocar manifestações em defesa dos acusados no mensalão petista. É pouco provável que nas atuais circunstâncias arrastem para os improváveis atos alguém mais que os funcionários dos sindicatos.

Mas o desenvolvimento da crise, as mobilizações que ultrapassam os limites impostos pelas direções corporativistas ou abertamente governistas, podem impulsionar a crise política e inserir as massas na disputa.

Lutas das massas contra a crise

As mobilizações dos operários das obras do PAC, dos estudantes, dos professores e funcionários das federais, de setores do funcionalismo etc. indicam um passo no sentido de enfrentamento da crise pelas massas. Manifestam-se tendências gerais dos oprimidos tomarem a resolução de seus problemas pelas próprias mãos. Contra as tendências de mobilização, colocam-se a repressão governamental geral e particular, as necessidades capitalistas de convergir todas as forças para atenuar a crise e a política das direções.

A repressão se manifesta pela coação policial, intimidação pela lei antigreve, processos, demissões e prisões políticas em larga escala. São o meio de intimidação dos movimentos para viabilizar a imposição das medidas. A luta contra a repressão é parte da luta pelas reivindicações e tem de se colocar de forma geral, conjunta.

As pressões decorrentes da crise colocam os governos e os patrões numa posição de maior intransigência. A intransigência de reitores e ministros diante das greves de estudantes e professores das federais expressa as pressões capitalistas que exigem recursos voltados integralmente para favorecimento dos exploradores.

A política das direções tem bloqueado a possibilidade de unidade dos movimentos. A direção majoritária, governista, bloqueia abertamente as lutas e se põe pelo seguidismo a uma fração burguesa contra outra e pela destruição dos direitos e da democracia sindical. A direção minoritária de esquerda se coloca no campo do corporativismo.

O impulso às mobilizações pelas reivindicações mais sentidas, a defesa da independência e democracia sindicais, o combate à repressão, a defesa da unificação e centralização das lutas, são as tarefas colocadas. As bandeiras e os métodos do Programa de Transição são a resposta proletária à crise.



A greve estudantil da Unifesp Guarulhos está fazendo 4 meses. A reitoria e o governo federal manobram com propostas que não garantem as reivindicações e se negam a retirar os processos contra mais de 150 estudantes. A luta estudantil da Unifesp Guarulhos foi pioneira no combate ao Reuni e à política governamental de sucateamento do ensino público superior. Hoje há dezenas de universidades federais com greve estudantil. O movimento dos estudantes projeta a luta dos professores e funcionários para fora das universidades, para as ruas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

57 dias de greve nas universidades federais

Governo Dilma (PT) apresenta proposta rebaixada

O governo federal, depois de pedir trégua ao movimento grevista, declarar precipitada a decisão de deflagração de greve, anunciar que não negociava com os professores grevistas e ameaçar com o corte de pontos e salários, recuou parcialmente e convocou uma reunião através do MPOG/MEC com o Comando Nacional de Greve/ANDES, Proifes e SINASEFE para apresentar a sua proposta.

A reunião ocorreu no dia 13/07, com a presença do Secretário do MPOG, Sergio Mendonça, fazendo a fala de abertura da reunião e afirmando que nesse momento não aceitava a solicitação feita pelo CNG/ANDES e SINASEFE de discutir conjuntamente com os representantes da FASUBRA, mesmo reconhecendo a importância da entidade. Em seguida, passou a fala para Marcela Tapajós, também representante do governo, para um rápido histórico do processo de negociação criado em 2003, ressaltando uma suposta “evolução na estrutura das carreiras em um processo de diálogo permanente, no qual se buscava o consenso”. A representante da SRT/MPOG declarou que “o ano passado foi um ano de contenções e que não conseguimos avançar tanto, mas que o acordo de 2011 resultando nos 4% e incorporação das gratificações, significando passos importantes no processo de reestruturação”. Isso na visão do governo, pois na visão dos movimentos a MP 568 acirrou os conflitos e desenlaçou num forte movimento dos servidores públicos federais.

O Secretário do SESU/MEC, Amaro Lins, fez uma fala elogiosa da política do governo e o suposto sucesso na expansão e interiorização e que “a proposta é o coroamento deste processo e espera que todos possam estar de acordo com a proposta supracitada”. O secretário do SETEC/MEC também destacou “que a proposta não é a proposta dos sonhos para vocês nem para nós, mas é a proposta possível” que “estamos num momento de crise que gera constrangimento nesse cenário”. Toda a equipe do governo destacou que a proposta atendia parcialmente as demandas devido às limitações orçamentárias. O secretário do MPOG, Sérgio Mendonça, afirmou que o ponto central era a valorização da dedicação exclusiva, da meritocracia e da titulação. O referido secretário disse que a proposta terá um impacto financeiro de 3,9 bilhões em três anos.

Foi apresentada por Dulce Tristão (SESU/MEC) a proposta do governo para o magistério superior (MS) e para o EBTT (Educação Básica técnica e tecnológica). Para o magistério superior, foram mantidas as classes de auxiliar, assistente, adjunto e associado e a de titular com nível único. Serão dois níveis para auxiliar e dois para assistente, mantendo-se quatro níveis para adjunto e associado. Somando-se todos os níveis, serão ao todo 13 níveis, sendo que a carreira começaria em auxiliar I, considerando sua titulação para a remuneração, a qual será composta de vencimento básico (VB) e retribuição por titulação (RT), esta última em valor nominal de acordo com o governo.

A progressão proposta pelo governo levará em conta a avaliação por desempenho feita pelo MEC com critérios definidos pelo mesmo, numa nítida quebra da autonomia da universi-

dade, já limitada em face das ações desagregadoras da educação pública levadas a cabo pelo governo, que delega ao MEC avaliar o professor com base em critérios de produtividade mercantil, dentro da lógica de mercado, com base nas fomentadoras CAPES/CNPQ, cumprindo as exigências dos organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. Foi mantido o estágio probatório condicionado à avaliação de desempenho, podendo o docente acelerar a sua promoção para adjunto I se apresentar o título de doutor e para assistente I com o título de mestre. Em se tratando da carreira da EBTT, haverá equiparação de D1 ao auxiliar, D2 ao assistente, D3 ao Adjunto, D4 ao associado, a progressão será da mesma forma que o magistério superior, considerando a certificação do conhecimento tecnológico (CCT) para a progressão.

Posições do Andes e do Proifes frente a proposta governista

O ANDES defende uma carreira única para o magistério superior e para o EBTT, fundamentando que resultaria numa “significativa melhoria no processo de progressão com direitos a patamares elevados para todos os docentes, sem distinção”, diferentemente da proposta apresentada pelo governo. O governo apresentou tabelas por escrito e os representantes do CNG/ANDES retrucaram dizendo que “o debate da carreira não pode se reduzir a número”. A reunião foi interrompida e uma hora depois os representantes do governo apresentaram um documento para as entidades, constituído por tópicos intitulados de “Aspectos conceituais da proposta de reestruturação das carreiras de docentes”. As entidades presentes fizeram uma leitura rápida e depois retomaram a reunião.

O comando nacional de greve CNG/ANDES fez várias indagações: 1) Uma vez que a proposta se realizaria em três anos, como então seria o escalonamento do impacto. O governo respondeu que dividiria em três parcelas: 40% em julho de 2013, 30% em maio de 2014 e 30% em março de 2015, sem precisar o modo como isso se materializaria nos salários dos docentes; 2) outra pergunta foi se os 4% do acordo de 2011 estavam novamente contabilizados neste novo percentual apresentado, o que o governo respondeu que sim. A proposta não faz referência à situação dos aposentados. Não se refere à equiparação entre ativos e inativos e afirma que será muito difícil resolver a questão de enquadramento dos aposentados com a criação da classe de associados. O Proifes, entidade governista que pretende acabar o quanto antes com o movimento grevista e que defende as posições governistas propôs a próxima reunião para o dia 18/07. O governo concordou com a indicação de data do Proifes, mas o CNG/Andes disse que o governo demorou muito para abrir as negociações e só o fez sob as fortes pressões do movimento e que no dia 18/07 tem uma marcha a Brasília. Apresentou uma proposta de data para o dia 23/07, tempo em que as bases serão consultadas para tomar um posicionamento.

Para o ANDES a proposta do governo não unifica as carreiras, mantendo suas carreiras (MS e EBTT); que aponta uma divisão da categoria na carreira e cargo do professor federal,

que exerce a mesma atividade; com relação ao cargo de professor titular, o governo impõe limite de 20% de acesso e cria a exigência de apresentação de um memorial/tese inédito como condição de acesso ao cargo, o que representa a exclusão da maioria expressiva dos professores de chegar ao topo da carreira; a proposta do governo mantém a estrutura de hierarquização vertical em classes e níveis e o interstício de dois anos em cada nível; mantém a diferenciação entre promoção e progressão, criando barreiras como: para progressão de um nível para outro exige três condições, como interstício de 24 meses, mínimo de 12 horas aulas e mínimo de 70% de pontos em avaliação de desempenho individual, condicionado por normas específicas definidas pelo MEC; para promoção de uma classe para outra, após um interstício de 24 meses no último nível da classe anterior, exige titulação e aprovação em processo de desempenho de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo MEC, entre outras.

O que está por trás da proposta do governo

Na verdade o governo propõe uma redução salarial para a categoria dos docentes federais. Trata-se, na verdade, de uma proposta rebaixada e indecorosa de reajuste para baixo do salário real dos professores. Nos cálculos feitos a partir da proposta do governo, para a grande maioria dos professores haverá uma redução do valor real do salário até 2015, isso dividido em três parcelas. Quando se refere à carreira, há na verdade uma desestruturação da carreira, uma quebra do princípio da autonomia universitária e a aplicação da gestão de tipo empresarial sobre os docentes. O governo sustenta os níveis, um interstício para progressão de 24 meses, mantém a divisão entre magistério superior (MS) e educação básica técnica e tecnológica (EBTT), com carga horária de 12 horas de sala de aula.

A proposta do governo cria mais obstáculos para progressão e beneficia apenas uma fração inexpressiva de professores que já estão no topo da carreira acadêmica, dificulta através da avaliação de desempenho a progressão dos demais professores, reforça as condições do professor produtivista e obriga aos adjuntos IV a se credenciarem nos programas de Pós-graduação, porém não há programa de pós-graduação correspondente ao número de docentes adjuntos e nem todos os professores

desejam estar na pós-graduação. Não há concurso para titular e os associados 4 não querem fazer um novo concurso para titular, pois, para efeito de contribuição zeraria tudo, ou seja, seria um novo começo de carreira.

O CNG/ANDES publicou uma nota em que reprova a proposta do governo, reafirma que a greve continuará, que a categoria se coloca num novo período do movimento e que devemos intensificar e radicalizar na luta. No período de 16/07 a 20/07 ocorrerá um acampamento em Brasília e no dia 18/07 haverá uma marcha dos servidores federais. Varias categorias do serviço público entrarão em greve nos próximos dias e as demais, já greve, continuam o movimento paredista. É preciso, no atual momento, fazer uma profunda discussão sobre as raízes da crise da educação pública e das universidades, politizar as reivindicações e as ações do movimento grevista, com a adoção do método da ação direta.

Movimento paredista na UFBA: avançar no método de luta

As três categorias se encontram em greve na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Os docentes, desde o dia 29/05, os estudantes, desde 05/07, e os técnico-administrativos a partir do dia 11/06. Para além das ações de cada uma das categorias, há um esforço da militância comprometida com a luta de classes de realizar constantemente atividades e atos unificados com pautas específicas e outras comuns.

O comando de greve dos professores se reúne diariamente, sendo que, apesar da decisão da assembleia que obrigou a direção do sindicato dos professores da UFBA (APUB) a reconhecer a greve e compor o seu comando, a burocracia faz de tudo para conter as insatisfações da categoria e por fim o mais rápido possível ao movimento. Assim, sua participação no comando de greve é apenas formal e não tem feito o menor esforço para fortalecer a greve.

O POR, através da Corrente Proletária na Educação (CPE) tem participado ativamente do movimento, estado presente em todos os atos e atividades de greve, defendido as posições proletárias para a educação, além de defender a necessidade de por em prática o método da ação direta, com ocupações, manifestações e assembleias, respeitando a democracia proletária.

Bahia

Servidores Federais do DNPM iniciam movimento grevista

Os servidores públicos federais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) entraram em greve no dia 16 de julho. O DNPM, órgão fiscalizador e arrecadador da atividade minerária no país, é representado nacionalmente pelo SINAGÊNCIAS – Sindicato Nacional das Agências Reguladoras e pela ANSDNPM – Associação Nacional dos Servidores do DNPM, ligada à CONDSEF – Confederação dos Servidores Públicos Federais (ambos governistas e filiados à CUT).

A pauta conjunta das entidades representativas dos servidores em greve do DNPM é: carreira de regulação para os servidores do DNPM; paridade entre as tabelas remuneratórias do DNPM e das agências reguladoras; isonomia remunerató-

ria entre servidores que realizam as mesmas atividades e entre servidores das áreas meio e fim; remuneração sob a forma de subsídio e crescimento do percentual de correlação entre os cargos de nível médio e superior.

Os servidores do DNPM estão mobilizados desde o dia 05 de julho de 2012, quando foram aprovados em Assembleias Estaduais a adoção de Operação Padrão e o indicativo de greve para o dia 16 de julho. Na semana de 9 a 13 de julho, as Superintendências Estaduais dos estados da Bahia, Minas Gerais, São Paulo (três maiores Superintendências) e Santa Catarina, em Assembleias Estaduais, ratificaram o calendário de mobilização e o início da greve para o dia 16, forçando com que a

Sede do órgão (em Brasília) também aderisse ao movimento grevista.

Os servidores do DNPM estão há anos sem reajuste salarial e, desde 2011, atravessam longo percurso nas mesas de negociação junto à Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento (SRT/MPOG), até decidirem pela greve e se unirem às demais categorias do serviço público federal também paralisadas em todo país. Estão paralisadas 26 categorias da base do CONDSEF, além de funcionários do IBGE em 20 estados, funcionários e professores da educação federal e 10 Agências Reguladoras e o DNPM. A partir do dia 16, reunir-se-á em Brasília todo o funcionalismo público federal, acampados em greve geral e exigindo do governo federal o atendimento das reivindicações.

Após breve período em que nutriram esperanças nas promessas do reformismo do Partido dos Trabalhadores (PT), os servidores públicos federais, em boa parte das vezes, por cima de suas direções sindicais governistas, retomam o seu calendário de lutas. Categorias sofrem com anos sem reajuste e reposição salarial, com a intensificação do trabalho, perdas de direitos com as reformas previdenciárias, perdas salariais na aposentadoria e sucateamento da infra-estrutura dos diversos órgãos. Reagem, nesse momento, quando, além da precarização do trabalho, o governo Dilma lhes impõe o ônus da crise financeira mundial, contendo ou reduzindo o “custeio” do Estado com a folha de pagamento de seus servidores para abastecer as instituições financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial),

Bahia

Retirar imediatamente o referendo do estatuto da APUB! Reafirmar a soberania da assembleia!

Em que contexto se trava este debate?

O debate sobre o *referendo* é feito no momento em que o movimento docente das IFES se levanta nacionalmente em defesa da Universidade Pública e de reivindicações por melhores condições de trabalho e estudo para professores, funcionários e estudantes. Mas de 50 instituições de ensino superior estão paradas em todo o país. Até mesmo universidades, em que os professores estão sob a direção do Proifes governista, foram obrigadas a paralisar as atividades por pressão das bases docentes. É também um momento propício à unidade com o movimento grevista nacional de estudantes e servidores técnico-administrativos.

A greve demonstrou a profunda insatisfação das bases docentes, estudantis e dos servidores com a política educacional do governo federal para a universidade pública, que em sua essência articula de um lado os benefícios (subsídios, compra de vagas, perdão de dívidas etc.) aos capitalistas do ensino privado, que tratam a educação como mercadoria a ser negociada; de outro, uma expansão precarizada do ensino superior, expressa no Reuni, sem aumento de verbas correspondente, sem política estudantil de ingresso e permanência, com salas de aulas lotadas, sem bibliotecas e laboratórios, ou seja, sem as condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão. Essa política é acompanhada pelo corte de 50 bilhões no orçamento federal para serviços públicos, sendo 1,9 bilhão da educação,

amortizar e quitar parcela da dívida pública (comprometendo, com isso, em torno de 50% do orçamento nacional) e compensar as perdas oriundas das isenções fiscais às montadoras de veículos e setores de mão-de-obra intensiva.

Tão logo os servidores se levantaram dessa breve letargia, o governo Dilma já lhes apresenta o caráter de classe burguês de seu governo. Em reação ao crescimento do movimento grevista em todo o país, o governo federal, através do Ministério do Planejamento (MPOG), lançou portaria ameaçando os servidores grevistas com corte de ponto e “demais medidas cabíveis”. No entanto, quando acreditava intimidar os servidores, acabou fazendo com que os movimentos grevistas ficassem ainda mais fortes e diversas manifestações percorreram o país contra o corte de ponto. O Partido Operário Revolucionário, frente aos ataques aos trabalhadores, já levantou a bandeira em *defesa do direito irrestrito de greve* e já a pôs nas ruas, juntos aos movimentos grevistas!

É preciso romper o corporativismo das direções burocráticas nas várias categorias de servidores federais para unificar o movimento grevista nacional. Aos servidores do DNPM e demais categorias em greve são necessárias e urgentes, no entanto, a politização de seus movimentos grevistas e avançar nas reivindicações, elaborando uma pauta que os coloque em choque direto contra o estado burguês e seus governos. É preciso vencer a intransigência e as ameaças do governo Dilma (PT) frente à atual onda grevista no país. **Todo apoio à greve dos servidores federais! Construir um movimento grevista nacional unificado! Em defesa do direito irrestrito de Greve!**

na destinação de quase 50% do orçamento para o pagamento da dívida pública e pelo avanço da privatização, mediante a imposição da EBSERH aos Hospitais Universitários. Motivos não faltam para que a greve se choque diretamente com toda essa política do governo federal e dos governos estaduais.

Por que a burocracia se apegava ao Referendo e se choca com a Assembleia?

Não a toa a burocracia do Proifes se colocou em rota de colisão com o movimento grevista. Em algumas universidades, apenas sob forte pressão das bases docentes reconheceu o movimento grevista, como é o caso da direção da APUB na UFBA. Para tanto, o instrumento do Referendo foi utilizado como forma de bloquear as insatisfações docentes nas associações e sindicatos dirigidos pelo Proifes. A burocracia tem horror das bases inconformadas e só faz assembleia para discutir questões relevantes à luta docente quando é pressionada pela base. A burocracia se apoia nos setores despolitizados ou abertamente conservadores da universidade, setores esses que concordam com a política educacional do governo e não têm qualquer interesse em discutir os problemas que afetam a educação pública.

É evidente que a burocracia só conseguiu impor o referendo e secundarizar a assembleia de base por causa dos profundos retrocessos políticos dos últimos anos, com a chegada

do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, do controle rígido das organizações sindicais e centrais governistas, em avançado processo de estatização e da fragmentação dos movimentos sociais, em particular do movimento operário. Para a burocracia o referendo é o melhor sistema, porque não precisa de discussão face a face, o que só pode fazer através dos métodos da ação direta (assembleias, plenárias, congressos, conferências, manifestações, ocupações, greves etc.). O referendo é um instrumento usado preventivamente para evitar a greve ou, posteriormente, para desfazer a vontade da maioria em assembleia.

O fato é que o referendo é expressão da democracia burguesa, representativa, em que os que votam delegam passivamente a outros o que fazer, é individualista. Na democracia operária, os que discutem, divergem e votam são os mesmos que executam as deliberações. É a democracia direta, ativa, a que corresponde à mobilização e ação coletiva.

Bahia

Professores da rede estadual da Bahia rechaçam proposta de Wagner (PT)

O governo Wagner se mantém irredutível durante a greve dos professores da rede estadual de ensino. Manipulou o quanto pode a imprensa conta os grevistas, no sentido de criar uma opinião pública favorável ao fim da greve. Reprimiu os grevistas com cortes de ponto, com retenção de salários, ameaçou os professores em estado probatório e temporários para que voltassem ao trabalho, contratou a empresa de Jorge Portugal com valores milionários para dar “aulões” aos estudantes do terceiro ano do ensino médio, por fim utilizou a justiça burguesa para decretar por duas vezes a ilegalidade da greve.

Entretanto, os professores continuam firmes e desenvolvem cada vez mais um aberto repúdio contra o governo e sua política contra a educação pública e as condições de vida e trabalho de professores, servidores e estudantes. O fato é que a direção do sindicato APLB (filiado à CTB e dirigido pelo PCdoB) não consegue mais conter as insatisfações e a radicalização das bases revoltadas com a política truculenta de Wagner, não querem sair derrotados dessa greve. O PCdoB se encontra numa situação difícil: ao mesmo tempo em que é direção do sindicato dos professores e está à frente da greve por pressão da categoria, é também base do governo Wagner e compõe a coligação que escolheu Nelson Pelegrino (PT) como candidato à prefeitura de Salvador.

Em assembleia realizada no dia 10/07, em frente à Secretaria de Educação da Bahia (SEC), debaixo de chuva, os professores decidiram pela manutenção da greve. Na semana que antecedeu a referida assembleia, o Tribunal da Justiça do estado da Bahia (TJ/BA) determinou a suspensão imediata da greve, pressionando o sindicato a ordenar que os professores retornassem à sala de aula. Caso o sindicato contrariasse a decisão da desembargadora Dayse Lago Coelho, seria aplicada uma multa diária de 10 mil reais à APLB. O movimento grevista ignorou tal decisão, como já havia feito anteriormente, reafirmando o caráter político do movimento e se posicionando contra as tentativas de disciplinamento e criminalização da greve por parte da justiça burguesa e seus mandatários do partido

Manter o referendo no estatuto da APUB representa um profundo retrocesso nas lutas!

A burocracia e seus representantes ideológicos intimidam as bases com a campanha de que retirar o referendo é um retrocesso na APUB. Os lutadores respondem ao contrário:

1) Manter o referendo representa um duro golpe contra a soberania da assembleia das bases docentes; significa criar um instrumento de bloqueio das lutas e das insatisfações contra a política privatista dos governos;

2) O referendo expressa uma profunda desconfiança na força e na organização dos trabalhadores. A Assembleia é a reafirmação dessa força social, é a sua concretização na prática das lutas em defesa das reivindicações dos trabalhadores, em nosso caso, em defesa da educação pública. Nada de Referendo! Em defesa da soberania da Assembleia!

dos trabalhadores (PT), que administra o estado burguês, beneficiando os capitalistas e usando a mão de ferro contra trabalhadores.

O Ministério público da Bahia iniciou no dia 10/07 a intermediação entre o sindicato APLB e o governo Wagner na tentativa de dar um ponto final à greve da rede estadual. Os docentes formalizaram o pedido de reajuste e solicitaram anulações das imposições judiciais, suspensão dos processos administrativos abertos contra os grevistas, pagamento dos salários dos docentes, cortados há quase três meses.

No dia 12/07, o ministério público se reuniu com o governo e a categoria para apresentar uma proposta que elaborou após as reuniões em separado com a categoria no dia 10/07 e com o governo nos dias 11 e 12/07. Apresentou para ambas as partes os termos do acordo para o fim da greve com os seguintes pontos: **Para o governo:** a) Além dos reajustes salariais concedidos à categoria neste ano, que variam de 6,5% a 11,5 %, concederá a todos os professores licenciados da carreira de magistério, por meio de curso de atualização de práticas pedagógicas, promoção com ganho de 7% em novembro de 2012, e nova promoção também com ganho de 7%, em março de 2013; b) As promoções previstas nesta proposta se darão mediante a participação no curso, considerado o critério de frequência; c) Todos os professores licenciados da carreira do magistério poderão participar do curso, excluídos os em licença com perda de vencimento; os que estão cumprindo suspensão disciplinar ou preventiva; os colocados à disposição de qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, municipal, estadual e federal; d) No caso dos servidores em estágio probatório, será facultada a possibilidade de participar do curso de atualização de práticas pedagógicas para que sejam promovidos, após cumprido o estágio probatório; e) Assegurar que a vantagem nominal identificada criada pela Lei nº 12.578/2012 será reajustada anualmente, na forma do disposto no Inciso X do Art. 37 da Constituição Federal; f) Será constituída uma comissão com participação da Secretaria de Educação e representantes da APLB-Sindicato, para estudar a criação de um projeto de valorização dos professores licenciados, padrão P, grau I e professores não licenciados;

g) Proceder ao pagamento dos vencimentos suspensos por determinação judicial, mediante normalização das atividades e apresentação por cada escola de calendário de reposição de aulas; h) Normalizar o repasse das contribuições sindicais à APLB-Sindicato; i) Analisar e rever os processos administrativos disciplinares instaurados e desligamentos de professores contratados em regime de REDA, em razão do movimento reivindicatório, com ampla transparência e publicidade, garantindo aos servidores e sua representação sindical o direito a ter vista de todos os processos; j) Encaminhará para revogação o Artigo 3º da Lei 12.364, de 25 de novembro de 2011, que prevê reajustes de 3% e 4% para os meses de outubro de 2013 e 2014, respectivamente; k) Qualquer reajuste salarial linear concedido aos servidores públicos contemplarão os professores. **Para o sindicato:** a) Suspenderá imediatamente o movimento reivindicatório; b) Cumprirá o calendário de reposição de aulas.

Foi realizada uma nova assembleia no dia 13/07 em frente à Secretaria de Educação da Bahia (SEC), em que a categoria rechaçou a proposta do Ministério Público e decidiu pela continuidade de greve que já completa quase 100 dias, expressando a maior greve da educação básica no estado da Bahia. Os

Bahia

Categorias em greve na Bahia realizam atos e manifestações unificados

Ato do 2 de Julho

No dia 2 de Julho, historicamente considerado dia de comemoração da independência da Bahia, as diversas categorias realizam uma manifestação unificada, com a participação de professores e estudantes da UFBA, professores da UFRB, professores e estudantes do IFBA e IFBaiano, professores e estudantes da rede estadual de ensino, além das correntes política de esquerda. A passeata saiu do bairro da Liberdade até o Centro Histórico – Pelourinho. Os manifestantes denunciaram a política dos governos Dilma Rousseff e Jaques Wagner (PT) de destruição da educação pública, de indiferença e intransigência com relação aos grevistas e suas reivindicações, a campanha exaustiva do governo estadual petista na imprensa contra a greve dos professores da rede, as medidas repressivas tomadas durante a greve (decretação da ilegalidade pela justiça burguesa, aplicação de multa ao sindicato, corte de pontos e salários, ameaças aos professores em estado probatório e aos temporários etc.), exigindo o imediato atendimento da pauta de reivindicações.



O Partido Operário Revolucionário (POR) e a Corrente Proletária na Educação (CPE/POR) participaram da manifestação, soman-

do-se à luta dos movimentos grevistas em torno de suas reivindicações. Além da venda de jornais, a militância porista denunciou com a faixa o ataque do governo federal e dos governos estaduais, através da justiça burguesa e da repressão aos movimentos grevistas, como foi o caso das prisões e repressão aos trabalhadores das obras do PAC, aos estudantes da Unifesp e USP, bem como contra o movimento grevista dos professores da rede estadual da Bahia.



A Corrente Proletária na Educação tem dado todo o apoio ao movimento dos professores participando de atos unificados e denunciando a truculência do governo Wagner e Dilma (PT) contra os professores e a educação pública.

Ato em Maragojipe (BA)

No dia 13 de julho, novamente os movimentos grevistas fizeram um ato de frente à Plataforma P-59 da Petrobrás em Maragojipe (BA), por ocasião da presença de Dilma Rousseff (PT) e demais representantes da Petrobrás, Graça Foster e do governo do Estado da Bahia, Jaques Wagner. O objetivo da presença de Dilma e Wagner foi a inauguração do empreendimento Enxada do Paraguaçu, na verdade um estaleiro que terá investimentos na ordem de R\$ 2 bilhões. Trata-se de mais dinheiro público drenado para os capitalistas. Não à toa participaram da inauguração empresas como Odebrecht, OAS e UTC, que compõem o consórcio da obra. Além do estaleiro, Dilma Rousseff esteve na Plataforma P-59, em São Roque do Paraguaçu em Maragojipe, onde o governo federal investiu R\$ 360 milhões para demandas de exploração e produção de petróleo.



O POR esteve presente fazendo intervenções denunciando a exploração dos trabalhadores da Petrobrás, os gastos realizados pelos governos para beneficiar as empreiteiras e as ações autoritárias dos governos contra os movimentos grevistas nacionais e na Bahia. Os movimentos grevistas estiveram presentes (UFRB, UFBA, IFBA, Sinasefe), além de militantes de outras correntes. Os moradores da cidade denunciaram o descaso do governo federal, estadual e municipal com as condições de vida e trabalho dos trabalhadores locais, a falta de investimentos em moradia, saneamento, educação, saúde e emprego e que os investimentos para as empreiteiras não têm revertido em melhores para a localidade.

Manifestação na Arena Fonte Nova

No dia 14 de julho, os movimentos grevistas de professores e estudantes, além dos participantes do XIX Encontro dos Estudantes de Educação Física da Região Nordeste participaram de uma passeata em Salvador da Praça da Piedade à Arena Fonte Nova, que está sendo reconstruída para a Copa do Mundo. O ato unificado denunciou o descaso do governo federal e estadual com a educação e a universidade e as medidas tomadas contra os movimentos grevistas.

Bahia - Boletim da Corrente Proletária Estudantil

É possível defender a universidade pública sem travar a luta contra a política educacional dos governos federal e estaduais?

Há quem pense que sim. Mas com esta posição dúbia não se consegue avançar um milímetro sequer na organização docente e estudantil nacional e na batalha que temos necessariamente de travar contra o avanço da política educacional privatista no interior das universidades públicas, sufocadas desde fora pelo crescimento do ensino privado (hoje, 88% das instituições de ensino superior e 74,2% das matrículas). Com uma política dúbia não é também possível lutar contra a desagregação das condições de trabalho e estudo imposta pela expansão precarizada do REUNI.

Não podemos ser coniventes com uma política educacional que, de um lado, socorre com subsídios os capitais privados, que exploram a educação como mercadoria, obtendo lucros inimagináveis, tanto que o ensino privado se torna um atrativo aos capitalistas estrangeiros. Não é possível ser conivente, por outro lado, com uma política educacional que, sob a justificativa de adequar o ensino superior às necessidades do mercado e forjar números, impõe uma expansão precarizada que representa a liquidação do ensino superior no Brasil, sem o aumento correspondente de recursos, sem permitir a permanência na universidade, com salas de aulas lotadas, falta de professores e funcionários, sem bibliotecas, laboratórios e livros, enfim sem condições adequadas de ensino, pesquisa e extensão.

Não é possível que sejamos indiferentes ao fato do governo destinar quase 50% do orçamento federal às dívidas com



A Corrente Proletária na Educação (POR) participou da passeata e a manifestação, intervindo na defesa do programa proletário para a educação, denunciando a intransigência dos governos com os grevistas e defendendo que a pauta de reivindicação seja imediatamente atendida. A militância porista se solda, portanto, à luta dos trabalhadores, dos professores, servidores e estudantes na defesa de suas reivindicações, ao ponto em que luta para esses movimentos grevistas avancem na caracterização da crise da educação e no método de luta da ação direta, para que possam ser vitoriosos e para que derrotem as políticas dos governos Dilma Rousseff e Jaques Wagner (PTO).

banqueiros, enquanto a educação, a saúde, a moradia, etc. vegetam com migalhas, no caso da educação menos de 5% de recursos do orçamento. Muito menos se pode ficar indiferente ao fato do governo federal cortar bilhões do orçamento dos serviços públicos, em especial da educação, e aprovar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), através da Lei Federal 12.550, de 15 de dezembro de 2011, que significa o avanço da privatização na saúde e na educação.

Por isso, afirmamos claramente: quem defende a política educacional abertamente a favor do setor privado contra o ensino público, que na universidade pública se expressa no REUNI, não tem condições de se colocar a frente da luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, que articule indissociavelmente teoria e prática.

Com uma política dúbia no interior do movimento de professores e de estudantes, as correntes políticas vinculadas ao governo federal e estadual e ao partido que hoje se encontra à testa do Estado burguês (PT), apenas bloqueiam as insatisfações e a capacidade de luta dos estudantes, direcionando o movimento para saídas institucionais. É preciso ser independente dos governos e do Estado burguês e abraçar uma política proletária, isto é, socialista e revolucionária para travar coerentemente a luta pela educação pública. *Abaixo as medidas privatistas do governo federal e estaduais! Em defesa da saúde e educação públicas! Todo apoio às greves de professores e estudantes!*

Proposta da burocracia petista para um Plano de Carreira no magistério paulista

Como parte das discussões que a direção da APEOESP tem levado nos últimos meses, foi lançado oficialmente um caderno sobre proposições que a burocracia tem defendido junto ao governo estadual.

O debate sobre o Plano de Carreira não se insere em um contexto de luta atual contra a precarização do trabalho docente na rede estadual. Aparece não como uma reivindicação, conforme estamos vendo no caso da greve das universidades federais, que pedem um reenquadramento salarial de acordo com as titulações, redução do número de níveis e um reajuste prometido, desde 2010, para o magistério em nível superior.

Insere-se, ao contrário, na lógica de ludibriar a categoria, quando esta reivindica reajuste e aumento salarial, reivindica estabilidade para os professores contratados, reivindica diminuição da jornada e, por fim, melhores condições de trabalho, como a diminuição de alunos por sala de aula.

O documento “*Conversas sobre a Carreira - Caderno 1*” se materializa como embuste e reflexo da colaboração da direção petista com os governos estadual e federal. É uma ‘conversa para boi dormir’.

Faremos uma breve análise de seus aspectos, considerando que as 34 páginas de seu texto não chegarão às escolas e, se lá chegarem, será apenas para ratificar a posição já acertada entre direção sindical e o governo.

Reformismo decadente

O texto começa com um diagnóstico sobre as péssimas condições de trabalho e ensino. Mas, como parte de um ponto de vista reformista-administrativo, consideram essas condições como as únicas responsáveis pela educação de “má qualidade”. Rejeitam a proposição de que a crise educacional é parte da crise social instalada no capitalismo monopolista, que não pode e não quer desenvolver a educação como parte do desenvolvimento das forças produtivas (ciência, tecnologia, cultura, formação de uma mão-de-obra mais qualificada, etc.). O fracasso da educação escolar no Brasil reflete a divisão social do trabalho em um país atrasado, no qual impera uma semi-instrução para a maioria e uma especialização de conhecimento para uma ultraminoria.

Como parte da visão reformista, aposta na “Comissão Paritária de Gestão”, na qual burocratas sindicais e Secretaria da Educação elaboraram propostas sobre o Plano de Carreira. Apoia-se também em um Parecer de 2009 do Conselho Nacional da Educação, do qual participa a atual presidente da APEOESP, que se refere à “valorização do magistério”.

A colaboração ocorre, como se vê, de cima a baixo, com o governo estadual, através de sua “Comissão Paritária” e com o governo federal, através do CNE.

O texto elenca em seguida as leis 444, de 1985 e 836, de 1997, que configuravam, sobretudo a última, o atual Plano de Carreira do magistério paulista. Da primeira para a segunda, houve perda de direitos. Afirma que a 836 reduziu a evolução para 5 faixas, eliminou a evolução por tempo de serviço e ignorou a formação que ocorre na escola. Entretanto, a lei 836 não era de todo mal porque previa, no seu artigo 25, a constituição de uma “Comissão Paritária”, que foi vetada

pelo governo na ocasião, mas foi aprovada na ALESP e hoje está materializada na atual gestão de Alckmin/Hermann.

O documento denuncia o desvio de verbas realizado na década de 90, mas apenas lamenta tal ocorrido que poderia ter “melhorado” a situação da educação. Um salto histórico é dado e chega-se já a lei 1097 de 2009, que cria, além das 5 faixas, mais 5 níveis, os quais apresentam requisitos impossíveis de serem cumpridos pela maioria esmagadora dos professores. Relata que a LC 1143/2011 aumenta em mais 3 níveis e 3 faixas a evolução e ajusta certas “distorções” da lei de 2009: permite que todos tenham a evolução por meio da “prova por mérito” e não apenas 20% da categoria, embora abaixe o valor do reajuste funcional de 25% para 10,5%.

O que se verifica nessa parte inicial do documento e que reflete o seu conjunto é que a política adotada pela direção sindical nem sequer nega as leis existentes, lutando para derrubá-las. Ao contrário, encerra a introdução colocando os limites que a legislação impõe à atuação da APEOESP.

O reformismo petista se coloca à direita de qualquer reforma progressista, trabalha apenas para administrar o “possível” dentro do “legal”. Trabalha, portanto, dentro da lógica neoliberal, de destruição de direitos, que culminou na criação das leis 836, 1093, 1097, 1143, etc., ao longo desses últimos quinze anos. É colaboracionista e traidora, portanto.

As leis e a correção das “distorções”

As demais partes do documento são alusões históricas e descritivas do processo de implantação das leis já citadas. Começa com a descrição do que é a lei 836, de 1997, e como os seus mecanismos de ascensão na carreira dependem de um “ato voluntário”, portanto, oposto às condições precárias em que trabalham os professores, que acumulam, às vezes, dois ou três cargos e têm jornadas estafantes.

Como era de se esperar, há “vitórias” no interior da lei. Além da referida “Comissão Paritária”, houve a incorporação do entendimento que quaisquer entidades, inclusive sindicatos, poderiam oferecer cursos, conferências, etc., que serviriam para a evolução não-acadêmica. Ou seja, nesse aspecto, o maior feito da burocracia é que ela própria poderia evoluir (pouco, mas poderia), com os cursos, conferências, congressos, que ela própria participa. Já que a democracia sindical foi paulatinamente sendo destruída ao longo dos último vinte anos e a participação da categoria é cada vez menor nos fóruns e eventos da entidade.

Os dados que levanta, no entanto, são relevantes. Mostra que, com a 836/97, apenas 56,9% dos PEBII saíram do nível 1 da carreira e que, juntamente aos PEBI, mais de 100 mil professores jamais alcançaram receber os 5% por mudança de nível. O arrocho salarial desse período não foi revertido nem mesmo pelos “atos voluntários” de professores tentando ganhar algumas migalhas a mais.

Como parte da lei 836, em 2004 foi criada uma Lei Complementar, a 958, que permitiu ajustar mais algumas “distorções”: os especialistas (supervisores, diretores, dirigentes, etc.) teriam mais um nível para evoluir e os PEBI (professor do ciclo 1 da EF) seriam reenquadrados como os PEBII, caso tivessem a licenciatura plena. Antes, esses iriam

para o nível IV e só teriam mais um nível para evoluir.

Grande vitória: a ultra minoria de “especialistas” (na maior parte, burocratas do Estado que centralizam e reprimem o trabalho docente) poderiam ganhar mais 5% e os PEBI deveriam correr para fazer a licenciatura plena para ganhar o mesmo que os PEBII.

Depois da 836/97, o documento descreve a lei 1097, de 2009, explica os mecanismos de “promoção” como de “difícil aplicação” (novamente apresenta a questão como um problema logístico, administrativo). Critica a lei por ser restrita e baseada no suposto mérito do professor que faz a avaliação externa. No entanto, ressalta, mais uma vez, a correção de uma “distorção”. Com a lei complementar 1143, de 2011, os mecanismos mais proibitivos da 1097 são corrigidos e textualmente afirma: “O grande mérito da LC 1143/2011 (...) é que, ao criar novos níveis, houve a necessidade de que os critérios de evolução fossem todos reestudados(...)”. Reestudados por quem? Pela burocracia que compõe desde 2011 a nova “Comissão Paritária”.

Encerradas as descrições e os remendos às leis neoliberais, o documento escancara a sua concepção reformista-administrativa. A 836/97 reflete uma concepção administrativa de Estado (o Estado “mínimo”).

Assembleia Nacional de Estudantes Livre

Nos dias 16 e 17, foi realizada a cp5525dn (Assembleia Nacional de Estudantes Livre) na cidade do Rio de Janeiro. Contou com 162 delegados e aproximadamente 380 observadores.

Nem a forte greve nacional nas universidades federais foi capaz de superar a política superestrutural da ANEL e de esconder seu nítido descolamento da base estudantil que se põe em movimento agora. Foram reflexos disso o punhado de 162 delegados tirados para uma assembleia que é nacional, os grupos de discussão sobre opressões de gênero, de etnia etc., que ocuparam uma parte importante do fim de semana e o fato de na plenária de abertura não ter sido feita uma menção sequer sobre a repressão ao movimento da Unifesp de Guarulhos, onde a luta é mais radicalizada. A assembleia da ANEL deveria ser a expressão da greve nacional, massiva e objetiva ao tratar dos problemas mais sentidos, como é o caso da repressão. Ligada ao movimento concreto, poderia lhe dar centralização e unificação, potenciando-o. Mas a direção (PSTU) preferiu fazer uma Assembleia pequena e sob seu controle burocrático.

A direção da ANEL (PSTU) buscou a todo momento canalizar na luta concreta que os estudantes estão travando em defesa do ensino público para contrabandear a sua política de defesa dos 10% do PIB para a educação, resolução do congresso do ano passado, e reafirmar o divisionismo sob a alcunha de nova alternativa de luta, declarando inclusive que “a UNE vai estar na lata do lixo depois dessa greve”. Uma ilusão em que nem mesmo sua direção acredita.

O maior bloco de oposição à direção majoritária da ANEL, e entusiasta do divisionismo, o bloco Juventude às Ruas (frente da LER-QI), participou com um efetivo de menos de dez pessoas. A oposição dentro da cisão também não correspondeu ao avanço da luta estudantil pelo país.

A principal tarefa da militância do PSTU era a de fazer aprovar no fórum como resolução o texto “As raízes da greve – Entendendo o REUNI, o PNE e a luta pelos 10% do PIB para a educação PÚBLICA JÁ!”, apresentado no sábado, durante os GDs, votado e aprovado na íntegra na plenária do domingo.

Ao criticar o atual PNE, o documento faz a defesa do plano anterior (2001-2010) por ter sofrido influência do documento “PNE:

Os petistas, que lutam para chegar ao governo estadual de SP (tentam isso há de 20 anos), vão atacar essa concepção, embora apenas superficialmente, pois trabalham em seu interior, em sua lógica, “em seus limites” como se afirma no início.

O essencial dessa parte é mostrar como o governo do PSDB não “valorizou” a educação. Comprova isso com os dados de 1998 para cá, quando o gasto com a folha de pagamento da Secretaria de Educação caiu de 88,4% para 61,6%. Culpa a municipalização, pois parte desse dinheiro é hoje repassado para o FUNDEB, logo para os municípios e não para a rede estadual. Omite, é óbvio, que as prefeituras petistas em todo o estado e em todo país levaram à frente a municipalização e que o próprio FUNDEB é obra do governo petista de Lula.

Quer nos fazer pressupor, através dos dados, que uma outra administração resolveria os problemas educacionais e seria melhor valorizado o magistério. Na verdade, isso é apenas parte da disputa interpartidária e nada tem a ver com as anseios dos trabalhadores da educação. A burocracia reformista, petista, está a milhares de léguas de distância das reais necessidades de defesa do ensino público. O seu reformismo é antagônico à resolução dos problemas que se colocam na educação do estado de São Paulo.

proposta da sociedade brasileira”, elaborado em 1997 pelo segundo Coned (Congresso Nacional de Educação) em Belo Horizonte, com participação da UNE, CUT e UBES, que, segundo o texto, ainda não eram governistas e, por isso, eram progressistas. A crítica ao antigo plano se fundamenta na falta de aplicação de verbas, que o transformou numa mera carta de boas intenções. Ao mesmo tempo em que o texto cita o fim do vestibular, defende cotas. Condena o desvio de verbas públicas para a educação privada, fala da sua estatização, mas não adota como linha programática a guerra ao setor privado de ensino.

Caracterização do PNE

A ANEL perde tempo apontando as diferenças entre o novo PNE e o anterior. É notório que o novo plano é mais objetivo na aplicação da política privatista, mas em essência trata-se da mesma política. Um componente dos mais importantes tanto em um plano quanto no outro, e que foi ignorado, é a naturalização da convivência entre o setor público e o privado. Assim como a UNE, a ANEL assimilou o ensino privado como fato consumado. E por isso não consegue distinguir claramente sua política. Não há convivência pacífica entre o setor público e o privado. Por isso defendemos também a estatização sem indenização de toda rede particular de ensino como passo para o acesso universal. A guerra declarada ao setor privado poderia diferenciar a ANEL da UNE. Do contrário, o que se dá é um embate de visões diferentes sobre a política orçamentária do governo federal.

Outra coisa naturalizada é a exclusão da maioria das universidades. O PNE antigo, defendido pelo PSTU, coloca como meta 30% de inclusão da juventude no ensino superior e, desses 30%, 40% em instituições públicas. O novo PNE aumentou a meta para 33% e abandonou a meta para a relação público/privada. Ambos os planos admitem que a maioria dos jovens não tenha acesso a universidade e também a supremacia do setor privado sobre o público no oferecimento das vagas. Tanto o PNE antigo quanto o novo devem ser rechaçados na íntegra pelo movimento estudantil, pelo seu caráter geral, que é privatista, de defesa dos interesses dos capitalistas do ensino.

Sobre os 10% do PIB para a educação pública já

Essa bandeira saiu do “PNE: proposta da sociedade brasileira” de 1997 e foi colocada novamente em pauta no ano passado pela direção majoritária da UNE, como ponto de “discordância” com a proposta de PNE do governo que era de 7%. Ao mesmo tempo em que o PSTU caracteriza a UNE como uma entidade morta para o movimento, está tentando colar em uma parte da sua base, reconhecendo que ela existe, com a mesma bandeira de 10% do PIB, só que pra já (e não para 2020) e para o ensino público. Essa diferenciação da bandeira é inconsequente se ficamos na prática apenas no plano da discussão orçamentária.

Em palavras, a ANEL se coloca contra o ensino privado, mas não levantou até agora um programa com eixo de combate a esse setor. De que adianta 10% do PIB, se a política do governo é voltada a sustentar os capitalistas do ensino com o Prouni, FIES, REUNI etc.? O sucateamento da educação pública, a exclusão da maioria e demais mazelas que o movimento está enfrentando são reflexos da política privatista do Estado e não simplesmente de falta de verbas. Sendo assim, a luta deveria ser contra a privatização e não pelos 10% do PIB. Ficam as perguntas: por que 10% e não 11%? Por que não defender o financiamento integral do ensino público, que garanta a solução dos problemas de infra-estrutura e acesso? Por que 10%? A resposta está na disputa aparelhista feita pela ANEL com a direção da UNE (UJS/PCdoB), que já levantava os 10% antes da ANEL. A resposta está na capitulação ao reformismo pelo PSTU, pois foi o PT que dirigiu o Coned de 1997 de onde saiu esse número, fruto do estudo sobre o que poderia caber no orçamento do governo, e não a partir das necessidades de se alcançar o ensino público e gratuito para todos em todos os níveis.

Democratização

Para democratizar a estrutura de poder nas universidades, a ANEL defende diretas para reitores e diretores e paridade nos órgãos colegiados. É utopia a idéia de transformar a estrutura de poder da universidade aumentando a participação de estudantes e trabalhadores nos organismos burocráticos, justamente porque são burocráticos. E o que significa isso? A universidade está contida na sociedade de classes, onde existe uma classe dominante (a burguesia) que controla o Estado [burguês]. A estrutura de poder da universidade serve a esta classe dominante, para que seus interesses de grupo minoritário se imponham à maioria universitária. Portanto, para que os interesses de uma minoria se sobreponham aos da maioria, a estrutura de poder tem de ser antidemocrática. A forma como se organiza essa estrutura não altera o seu princípio, o seu caráter. Para discutir democracia universitária de forma consequente, o movimento dos que estudam e trabalham deve empunhar a defesa da autonomia. Deve resolver a questão do vínculo, do atrelamento da estrutura de poder com o Estado burguês. Se esse vínculo não é quebrado, não deixa de existir o autoritarismo, mais ou menos embelezado pela participação de estudantes e funcionários nos organismos da burocracia.

Defender, portanto democracia, sem fazer sua ligação com a autonomia universitária é defender, na prática, a preservação do controle da universidade pela burguesia, sob as formas que se queiram, mas preservando a ingerência da minoria, portanto, o autoritarismo.

Na universidade, o controle coletivo da maioria só será possível com a assembléia geral universitária, por onde os que estudam e trabalham discutem, deliberam e põem em prática suas decisões. Só a assembléia, assentada na luta pelas reivindicações mais sentidas será capaz de levar à destruição a atual estrutura de poder na universi-

dade e romper com o controle do Estado burguês. E é claro que isso está ligado com um salto na luta mais geral rumo à transformação da sociedade como um todo, está ligado com a defesa do socialismo.

Repressão

A ANEL trata o problema da repressão como uma fatalidade, condenável e lamentável. Não põe como prioridade a defesa das centenas de processados que se envolveram na luta pela educação. Assimilou o discurso das burocracias, dos governos e da mídia burguesa de que as prisões ocorreram por excessos dos estudantes. Na USP, o PSTU, junto com o PSol, PCB, PT, PCR dentre outros, condenou a ocupação da reitoria do ano passado e ajudou a criar as condições políticas para a intervenção policial que levou à prisão 73 companheiros. Na UNIFESP de Guarulhos, as militâncias do PSTU e do PCB fugiram da diretoria acadêmica ocupada, instantes antes da reintegração de posse e prisão de 46 estudantes no dia 6 de junho. No dia 14 do mesmo mês, mais 26 foram presos e a ANEL soltou uma nota intitulada “o desastre da ultra-esquerda”, que responsabiliza os camaradas pela suas prisões e justifica, assim, a repressão da PM.

Para responder a presença da polícia nas universidades, a ANEL propõe uma política alternativa de segurança com abertura de concurso para guarda universitária, com efetivo feminino e sob controle da comunidade acadêmica. Para entender o significado de “comunidade acadêmica”, basta ir à origem da proposta, aprovada pela congregação da FFLCH – USP (Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP) em novembro do ano passado para tentar conter o movimento que havia estourado no dia 27 de outubro. A comunidade acadêmica é a burocracia universitária. E voltamos ao problema da autonomia.

A repressão não é uma casualidade, é o método pelo qual os governos estão aplicando a política de privatização do ensino. Faz parte dessa política. Combater a repressão é combater o privatismo. Combater a repressão nas universidades é parte da luta contra a repressão no campo, em Belo Monte, nas obras do PAC, na greve dos professores de Minas Gerais, dos Correios e em todo lugar onde os movimentos são tolhidos de seus direitos democráticos de organização e manifestação.

O movimento deve se perguntar se está disposto a negociar a construção de prédios de salas de aula, restaurantes, bibliotecas, moradias e tudo o mais em troca das cabeças das hoje centenas de companheiros que estão sendo processados e correndo o risco de serem expulsos e presos. É possível discutir infra-estrutura, democracia etc. com as botas da PM nos esmagando?

O POR compareceu à VI Assembleia Nacional da ANEL para defender a unidade entre estudantes, funcionários e professores em torno da luta contra a política privatista implementada nas universidades federais através do REUNI. Defendemos os métodos da democracia operária (assembleias) e da ação direta (atos de rua, ocupações, greve etc). Além disso, defendemos uma ampla campanha impulsivada pela ANEL contra a perseguição política, prisões, eliminações, demissões etc.

A plenária final, que vota as propostas levadas ao fórum, aprovou nossas bandeiras, mas está longe de aprovar uma linha de independência de classe. Dispersa e sem contar com o quorum total de 162 delegados, a plenária aprovou um amontoado de resoluções, muitas vezes contraditórias entre si. Tudo isso na tentativa de contemplar a sua frágil base. Enfim, um pedaço de papel que a direção vai usar como bem entender.

MTST

Ruptura na CSP-Conlutas

A Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) publicou uma nota, em 14 de julho, anunciando a sua saída da CSP-Conlutas. O motivo alegado foi o de que o PSTU se lançou a uma prática divisionista do MTST. Trata-se de uma ofensiva sobre a militância para tirá-la do MTST e incorporá-la no PSTU. A declaração cita como exemplos a arregimentação ocorrida na coordenação do Amazonas e uma ação desfechada pelo dirigente Zé Maria em Minas Gerais.

A Coordenação Nacional do MTST acusa, portanto, o PSTU de agir com deslealdade política. Explica que aderiu à formação da Conlutas desde o Conclat de 2010 porque viu nesse movimento uma possibilidade de unificação sindical e popular. De repente, o MTST se defrontou com a decisão do PSTU de assimilar militantes entre seus quadros. O que chocou a coordenação nacional, que via no PSTU uma força unificadora e não divisionista.

Na realidade, o PSTU não fez senão atuar no sentido de sua própria construção. Não há nada de errado em que uma organização política procure convencer militantes de outras organizações de que sua política é a mais correta. Não sabemos qual foi a relação estabelecida entre o PSTU e o MTST para que uma ação legítima fosse considerada desleal. A declaração apenas cita a reunião organizada pelo PSTU com a coordenação do Amazonas e um telefonema de Zé Maria a um de seus dirigentes de Minas Gerais. Nota-se que a bandeira da unidade popular e sindical do MTST é demagógica e oportunista.

A Conlutas resultou de uma divisão da CUT, em um quadro de ruptura, como a do PCdoB, que criou a CTB e a do PSOL, que constituiu a Intersindical. O divisionismo do PSTU se manifestou justamente nessa ruptura, que contou com a adesão do MTST e outras organizações. O fato do PSTU correr atrás dos quadros de direção do MTST é tão somente consequência do processo de divisão da CUT.

O 1º Congresso da CSP-Conlutas mostrou a enorme fragilidade da nova organização. Isso não só quanto ao pequeno número de sindicatos operários, mas também quanto ao aparelhismo do PSTU e os interesses particulares das demais correntes. Não por acaso, foi motivo de discórdia a utilização do dinheiro pela direção da CSP-Conlutas, hegemonicamente controlada pelo PSTU. As organizações que se reivindicam como populares pretendiam que houvesse um percentual do orçamento destinado às suas atividades. Essa discussão foi marcada por desconfianças. Um outro aspecto se referiu ao nome da Central. Foi pleiteado que se suprimisse “Conlutas”. Segundo seus defensores, a supressão permitiria retomar a discussão sobre a unificação com a Intersindical. O PSTU não aceitou a mudança, alegando que se tratava de uma caracterização da origem da nova Central.

No 1º Congresso ficou claro que o domínio do PSTU é esmagador. A unificação CSP-Conlutas e Intersindical modificaria a correlação de forças, ainda que o PSTU garantisse a maioria. Não se pode desvincular a decisão do PSTU (de arrebatar militantes do MTST) e a da direção nacional do MTST (de abandonar a Conlutas) desse quadro mais geral de fracasso político de constituir uma nova Central sindical que se apoiasse fundamentalmente no proletariado.

O POR assinala como tarefa estratégica a constituição de uma única central operária, independente do Estado burguês, democrática e revolucionária. Para isso, é necessário combater todas as variantes do divisionismo burocrático. Não há dúvida de que essa tarefa só poderá ser alcançada se o proletariado elevar sua consciência de classe por meio do partido marxista-leninista-trotskista.

Resposta da CSP-Conlutas ao MTST

Ao receber a carta de desligamento do MTST da CSP-Conlutas, a

reunião da Coordenação, realizada em 15 de julho, se mostrou surpresa. Emitiu uma nota dizendo que não via motivo para tal decisão. O acordo segundo o qual o MTST teria três vagas na secretaria da Central e contaria com um fundo próprio havia sido selado sem nenhuma divergência. Observa-se pela nota que o MTST impôs exigências à direção da CSP-Conlutas e essa as acatou.

Os traços burocráticos da nova Central se evidenciaram justamente na necessidade de acordos de cúpula entre o PSTU majoritário e os aparatos do movimento popular. O 1º Congresso não foi capaz de resolver os interesses aparelhistas. O PSTU transferiu a decisão de estipular um percentual do orçamento para os movimentos populares e a composição da Secretaria Executiva para a reunião nacional da Central. Dada a fraqueza da CSP-Conlutas, o MTST passou a ter um peso considerável, ao ponto de poder fazer exigências que não correspondiam à sua força social. Eis por que a nota da CSP-Conlutas enfatiza o cumprimento do acordo negociado.

A surpresa manifestada pela Coordenação demonstra que as concessões fundamentais foram além do desejável. E, mesmo assim, o MTST abandonou a entidade por meio de uma carta aberta, divulgada no dia anterior à reunião da Coordenação. Sequer teve a responsabilidade de comparecer à reunião para discutir a sua decisão. Diante da posição unilateral de ruptura, a Coordenação aprovou a formação de uma comissão para demover o MTST. Acredita-se que seja possível convencer a direção do MTST de rever sua decisão.

Quem leu a carta aberta do MTST não vê uma só referência aos acordos de cúpula. Não diz que rompia suas relações com a CSP-Conlutas devido ao não cumprimento dos acordos. O teor da carta se resume na acusação de divisionismo e deslealdade do PSTU, que fez uma investida para arregimentar quadros do MTST. O comunicado da CSP-Conlutas, no entanto, não diz uma palavra sobre essa denúncia. A comissão formada não tem objetivo de apurar a acusação divulgada na carta-aberta. A não ser que se tenha omitido a razão alegada pelo MTST, para se discutir às escondidas. Ou, então, consideram-se as denúncias como uma máscara para acobertar as reais causas da ruptura que seriam de ordem aparelhista.

Como se vê, a resposta da Coordenação Nacional da Conlutas contém nas entrelinhas uma outra versão: a de que o MTST ocultou motivos escusos para se desvincular da Central. No entanto, o MTST foi taxativo em seus motivos. A ausência de clareza está na resposta dada pela direção da Conlutas.

O problema está no fato da CSP-Conlutas ter nascido como aparato do PSTU. Não se constituiu como uma central impulsionada pelo proletariado em um processo de emancipação política perante a burocracia colaboracionista e estatista. Não por acaso, a CTB também resultou da ação divisionista da CUT, encabeçada pelo estalinismo (PCdoB), e a Intersindical, pelo PSOL.

A montagem de aparatos em torno de partidos reformistas, estalinistas e centristas expressam a política pequeno burguesa, estranha ao proletariado, que necessita da unidade organizativa e da centralização política para se potenciar como classe revolucionária.

Recordemos que tínhamos rejeitado a via divisionista do PSTU e defendido a constituição de uma fração revolucionária que poderia atuar como frente única de combate à burocracia petista, forcista, etc. Mostramos que toda discussão do caráter proletário da central – deformado pelo caráter popular e de minorias – expressava o aparelhismo divisionista.

A atitude intempestiva de rompimento do MTST com a CSP-Conlutas tem a ver com interesses particulares de burocracias que se pos-tam à esquerda.

Movimento Estudantil do Serviço Social permanece sob domínio da política reformista e corporativista

De 15 a 20 de julho, foi realizado em João Pessoa/PB o XXXIV Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS). O encontro festivo, dispersivo e turístico não favoreceu a necessária discussão política sobre os desafios do movimento estudantil diante da crise internacional que já se manifesta no Brasil e dos ataques do governo Dilma que aprofundam a cada dia a mercantilização da educação.

As correntes presentes (Levante/Consulta Popular, UJC/PCB, ANEL/PSTU, Nova Democracia/maoistas, etc.) se dissolveram no “programa” do projeto ético-político da profissão do assistente social, subordinando o movimento estudantil a um programa liberal e reformista e bloqueando o debate sobre um programa proletário para intervir nas universidades. Assim, todas se mesclaram na defesa da qualidade como eixo central, assim como dos 10% do PIB para a educação e Universidade Popular. Nenhuma disputa programática foi travada por estas correntes, apenas a disputa aparelhista. A ANEL/PSTU e LER-QI, por exemplo, se apegavam a qualquer picuinha organizativa para confrontar a atual direção (Consulta, UJC e PSol) e preparar para disputar os cargos na direção.

A Corrente Proletária Estudantil/POR foi a única a elaborar uma tese para o ENESS. Atuamos com militantes do Paraná, Rio Grande do Norte e Paraíba expressando a defesa de um programa revolucionário que parta das reivindicações mais sentidas da juventude e as vincule com a luta pelo fim do capitalismo. Por meio da luta pelo acesso irrestrito à educação, por exemplo, defendemos a unidade dos estudantes das universidades públicas e privadas, somados à grande maioria da juventude trabalhadora, que está alijada do direito democrático de acesso ao ensino superior. Propusemos como eixo central das lutas o combate à mercantilização por meio da bandeira de estatização, sem indenização, da rede privada de ensino e constituição de um sistema único, público, gratuito, laico e científico. Assim, EaD, ProUni, Reuni, Enade e demais programas governistas podem ser vistos como parte da entrega da educação para as corporações que atuam no ramo educacional. Os reformistas, porém, empunham as bandeiras corporativistas para o movimento de estudantes de serviço social. Opõem estudantes das públicas e privadas, de ensino a distância e presencial. A Corrente Proletária Estudantil defende os interesses gerais dos oprimidos, por isso defendemos a luta unitária para arrancar a educação das mãos dos empresários, das Igrejas e do Estado Burguês e colocá-la sob o controle dos que estudam e trabalham. Os interesses da maioria oprimida que objetivamente estão em choque com o capitalismo poderiam assim, finalmente, ser traduzidos em um programa revolucionário.

Conjuntura Internacional

Diante da crise econômica mundial, propusemos que o ENESS denunciasse as medidas de austeridade que aprofundam a miséria das massas e descarregam a crise sobre suas costas; que fizesse

uma ampla campanha erguendo, como única saída para a crise capitalista, a bandeira com o conteúdo de fim da exploração capitalista pela via da revolução social; e que, diante do agravamento da crise nos vários países europeus e das tendências desagregadoras e belicistas em curso, fizesse a defesa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

Como resposta à política imperialista, defendemos que o ENESS aprovasse a luta pela autodeterminação dos povos; a bandeira de “fora imperialismo da Síria”; e o entendimento de que as revoluções ocorridas no norte da África e no Oriente Médio foram interrompidas pela intervenção do imperialismo, e que esses Estados e nações estão sob ingerência das potências mundiais. Extraíndo a lição política destes acontecimentos, defendemos que o ENESS aprovasse o entendimento que para realizar uma revolução democrática é necessário que o movimento esteja sob uma direção proletária; assim como que a única saída progressiva da crise mundial do capitalismo é a revolução socialista.

Conjuntura Nacional

A tese distribuída pela Corrente caracterizou o Governo de Dilma como continuidade do governo Lula e manteve-se a ampla base que vai do reformismo ao direitismo (Collor de Melo, Sarney, etc.) no parlamento. Isso lhe permite um amplo espaço de governabilidade, porém não existe mais estabilidade política nessa base. O avanço da crise política deve ser compreendido como consequência da crise econômica que já atinge o Brasil, conforme indicam os índices de crescimento de apenas 0,2% no primeiro trimestre. Em resposta ao governo antinacional, antipopular e burguês de Dilma/PT e também a crise nefasta que é descarregada sobre as costas do proletariado, a Corrente Proletária Estudantil levantou as seguintes defesas:

Que o ENESS 2012 caracterizasse o governo Dilma, assentado na aliança PT/PMDB/PCdoB/PDT/PSB como um governo burguês, antipopular e antinacional, aprovando assim a urgência de se construir uma oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma, que se diferencie da oposição eleitoreira. Diante da pobreza das massas, que aprovasse como suas reivindicações de defesa da vida dos trabalhadores a bandeira de salário mínimo vital (salário que corresponda às reais necessidades para uma família proletária sobreviver); emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho (que o trabalho disponível seja repartido entre todos os trabalhadores existentes, sem redução dos salários); escala móvel de reajuste (aumento automático dos salários em relação à inflação e carestia) e fim da terceirização. Diante das criminalizações das manifestações e greves, que aprovasse uma campanha pela total liberdade de greve e manifestações. Para apurar e julgar e executar os crimes cometidos de assassinatos no campo, como o de corrupção no parlamento burguês, que o ENESS 2012 aprovasse a luta pela criação de tribunais populares. E para responder às mortes no campo e ocupações, que o ENESS 2012 se colocasse pelo

direito da autodefesa dos oprimidos.

Sobre a Universidade

A universidade é determinada pelo regime capitalista e este, por ser um regime historicamente esgotado, não permite o desenvolvimento das forças produtivas, por isso, tem de destruir a educação. Provoca retrocessos nas áreas em que o conhecimento e a ciência já avançaram, e mutila as capacidades físicas e mentais da grande maioria explorada. Imaginar uma universidade florescente e de “qualidade”, no quadro de um país atrasado e semicolonial, é uma utopia reformista.

A coexistência do ensino privado e público confere a supremacia à privatização da universidade. Em 2010, o censo da educação apontou que 88,3% das instituições de ensino superior eram privadas; os números de matrículas também são reveladores: apenas 25,76% são em universidades públicas enquanto as privadas correspondem a 74,24% do total de matrículas. Além disso, somente 14,4% dos jovens em idade para estar no ensino superior tem acesso a este nível de estudos. Os sucessivos governos desde a ditadura militar, sempre patrocinaram o crescimento do ensino privado no país. Fato importante é que o governo do PSDB levou a fundo a tese privatista. Confeccionou a conhecida LDB nos moldes exigidos pelos empresários, Igrejas e organismos internacionais. Atendeu as reivindicações dos empresários de formalizar o Ensino a Distância (EaD), que é a destruição da escola, potencializado pela mercantilização, levada às suas últimas consequências. O governo Lula aprofundou esse caminho criando a Universidade Aberta do Brasil (UAB) que coloca essa modalidade também para as públicas, com o argumento de “democratização do ensino”. Com o mesmo argumento, o governo petista de Lula também implantou o ProUni e o Reuni; o primeiro é uma importante ferramenta para preencher as vagas ociosas no sistema privado e garantir recursos aos proprietários; o segundo vem expandido o acesso nas federais com o aumento do número de estudantes nas salas de aulas, sem garantir as mínimas condições, como se verifica agora na greve estudantil da UNIFESP em Guarulhos. Além disso, reconfigurou o Fies para facilitar o endividamento de uma parcela da pequena burguesia empobrecida, que sai da universidade com um montante de dívidas para “honrar”. Estabeleceu cotas para estudantes oriundos de escolas públicas e para negros, que nada mais é do que a incorporação de uma ultraminoria, para alimentar neles as ilusões de igualdade de classes e harmonia social, tese que, nas entrelinhas, favorece a perpetuação do capitalismo e de toda sorte de opressão.

E se não fosse o bastante, o governo petista de Lula desenvolve uma “nova” política avaliativa da educação superior: o SINAES. Esse sistema, que tem no ENADE o seu núcleo, não serve para melhorar a qualidade das universidades. Trata-se apenas de um sistema que permite que as universidades públicas entrem num mesmo ranking que as universidades privadas, homogeneizando todas as escolas de ensino superior. O ENADE existe tão somente para ajudar o crescimento do ensino privado.

A juventude ainda sofre com o desemprego, e os que estão empregados não conseguem conciliar o trabalho com os estudos, os que estão desempregados não conseguem ir à escola. Grande parte da juventude sofre com o desemprego, com a marginalização e com a truculência do braço repressivo do Estado burguês.

A universidade não pode se desenvolver muito menos ser re-

formada no capitalismo e, tampouco, pode garantir a necessidade de permanência da juventude nela. A atual Universidade é tão decadente que alguns setores da própria burguesia usam os problemas da educação para fazer demagogia. Hoje, a escola em todos os níveis serve apenas para a reprodução da ideologia dominante, e formação de uma precária força de trabalho, pois o capitalismo em decomposição não precisa de muita qualificação. A educação no capitalismo tem como característica o ensino decorativo, memorístico, ou seja, totalmente desvinculado da produção social, portanto não tem como ser científico e ser usado para as necessidades coletivas. O “tripé” ensino, pesquisa extensão, defendido pelos reformistas, não passa de uma falácia. O ensino está nas mãos da burguesia, ela é quem determina os currículos, conteúdo, disciplinas, bibliografias; a pesquisa na universidade é uma farsa, não se busca na materialidade a compreensão para se avançar nos problemas da sociedade, apenas se montam castelos de areia que servem para abrigar os interesses capitalistas. A extensão não passa de assistencialismo, e só reforça a ideia de universidade elitista que está acima dos trabalhadores, portanto, os que estudam nessa universidade devem moralmente ajudar “os menos afortunados”.

A nova escola virá apenas com a nova sociedade. Portanto, as reivindicações devem ser vinculadas com a tarefa histórica de destruir essa velha sociedade de classes, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e assim destruir a velha escola de classes para em seu lugar construir a nova escola baseada nas relações socialistas de produção. Somente assim se superará a divisão social do trabalho capitalista e se reconstruirá a unidade entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual.

Diante disso, defendemos que o ENESS aprovasse o seguinte plano de lutas:

1. Acesso irrestrito à educação em todos os níveis. Fim dos vestibulares.

2. Sistema único de ensino público, gratuito, laico, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim da coexistência do ensino público com o particular. Estatização, sem indenização, da rede privada de ensino e controle coletivo por quem estuda e trabalha.

3. Garantia de permanência como parte do direito à educação: Residência Universitária a todos que queiram morar na universidade. Alimentação gratuita a todos os estudantes: contra a privatização dos restaurantes universitários; ampliação e construção de novos R.U.s; fim das terceirizações. Passe Livre estudantil, combinado com a luta contra o aumento das tarifas, passe livre para desempregados e estatização das empresas de transporte, sem indenização, sob o controle dos trabalhadores.

4. Autonomia da educação frente ao Estado capitalista. Combate às políticas privatistas e antiautonomistas como REUNI, ENADE e privatização dos Hospitais Universitários via EBSEH. Combate à ingerência dos governos estaduais e federal. Nenhuma intervenção do Estado na vida universitária, que deverá exercer sua autonomia como autogoverno dos que estudam e trabalham, com eleições diretas, voto universal, fim da lista tríplice, co-governo e soberania da Assembleia Geral Universitária. Fim da intervenção policial.

5. Financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Que se estabeleça um Congresso da Educação, formado por delegados em todo país,

eleitos nas bases escolares, para estabelecer o montante necessário para funcionar plenamente o ensino público e gratuito em todos os níveis. Pelo fim das fundações, vendas de serviços, cursos pagos e taxas em geral.

6. Fim imediato dos subsídios e financiamentos, que todas dívidas dos estudantes sejam canceladas e o montante pago, devolvido; que todos estudantes do ProUni e do FIES sejam incorporados ao sistema público de ensino, via expropriação das privadas.

7. Rechaço integral ao PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.

8. Rejeitar o Ensino à distância por levar à destruição do ensino como processo social e favorecer a mercantilização e desnacionalização. Pela revogação de toda legislação que implanta o EaD e expropriação das empresas que o exploram.

9. Escola vinculada à produção social, unidade entre o fazer e o pensar, entre a prática e a teoria. Formação plena de todas as capacidades físicas e mentais do jovem por meio da relação do trabalho com a escola. Controle operário das forças intelectuais da produção; coletivização do conhecimento.

10. Defesa da vida das crianças e da juventude oprimida. Combinar o trabalho com o estudo. Nenhuma criança e jovem fora da escola; nenhum jovem fora da produção social – quatro horas na produção e o restante na escola, salário de acordo com suas necessidades. Fim da exploração do trabalho infantil. Aproveitamento das capacidades produtivas da criança, de acordo com suas condições físicas e mentais e de acordo com as exigências de seu desenvolvimento escolar.

11. Defesa da família operária e dos demais explorados. Emprego a todos, por meio da escala móvel das horas de trabalho. Fim das jornadas estafantes. Salário mínimo vital, calculado pelas assembleias operárias e populares. Fim do salário mínimo de fome.

12. Pela Autonomia e independência do Movimento Estudantil frente ao Estado, reitorias, partidos burgueses e pró-burgueses. Em defesa da democracia interna das instâncias do movimento estudantil. Lutar pela unidade dos estudantes, contra o divisionismo e pela constituição de uma fração revolucionária na UNE, para varrer a burocracia.

13. Combate às reformas que destroem as conquistas sociais na educação, saúde, moradia, previdência social, etc.

14. Defesa de uma escola nova como resultado da revolução proletária.

Formação profissional

Os estudantes de serviço social preparam seus encontros regionais e o nacional deste ano reivindicando uma formação profissional marxista e/ou revolucionária. Para muitos, “marxista” e “revolucionária” significa adesão ao Projeto Ético-Político (PEP) da profissão. É necessário, por isso, iniciar com a caracterização deste PEP.

O PEP se fundamenta nos “Princípios Fundamentais” do código de ética dos assistentes sociais. Neste se postulam os princípios políticos como o da democracia, cidadania, justiça social, direitos humanos, equidade e liberdade que os assistentes sociais deveriam defender na sua atuação profissional. Postulados estritamente democrático-burgueses, ou seja, princípios que todo

partido burguês coloca no seu programa, pois, não se confrontam com a propriedade privada burguesa e nem se opõem à ditadura de classe da burguesia.

A colocação da “liberdade” como o primeiro de todos, denuncia o PEP como liberal, uma vez que no marco do capitalismo a única liberdade garantida acima de qualquer restrição é a liberdade à propriedade privada. E não melhora com a colocação demagógica de que seu conteúdo implicaria a “emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, se não for condicionada pela liquidação do regime que escraviza e limita a “expansão plena dos indivíduos sociais”. Pelo contrário, na sequência, ao se afirmar como princípios os da “democracia, cidadania, direitos humanos, etc.”, confirma-se a ilusão de realizar a tal liberdade no marco das relações impostas pela propriedade privada capitalista. De modo que o PEP não passa de um projeto político democratizante e reformista.

Mas o que seria uma formação revolucionária? Poderia a escola burguesa propiciar uma formação revolucionária? Para assumir uma postura “revolucionária” há que se partir inicialmente da crítica do caráter burguês da escola e da educação, tal como foi explicado por Marx e Engels, segundo os quais, na sociedade de classe, a classe economicamente dominante é também a classe que domina ideológica e espiritualmente as classes oprimidas. Além disso, de acordo com os fundadores do socialismo científico, é a existência que determina a consciência, de modo que uma escola nova só pode ser o resultado de uma nova sociedade – e não o contrário – que tenha se livrado da propriedade privada capitalista e estabelecido a propriedade social dos meios de produção.

Não se pode por isso concordar com proposições idealistas que imaginam que a inclusão de alguns textos supostamente marxistas, ou até o estudo de Marx na escola, garantiriam uma formação marxista e revolucionária. Também é fictícia a caracterização como “revolucionária”, desta ou de outras propostas descoladas da realidade dos estudantes e da própria condição da profissão – enquanto forma do trabalho social – como um meio de reprodução das relações sociais capitalistas.

Ao contrário, se o Movimento Estudantil pretende assumir uma posição revolucionária só tem uma alternativa: colocar-se sob a perspectiva e direção da classe operária – única classe revolucionária – e defender a revolução e ditadura proletárias. Todas as outras formulações estratégicas são apenas variantes do reformismo pequeno-burguês, e é nessa perspectiva que se desenvolve a ilusão de uma “formação revolucionária” nos marcos da escola burguesa, ou a ideia de uma “universidade popular”.

A Corrente Proletária Estudantil defendeu no XXXIV ENESS que os estudantes devem arrancar o direito de ter meio período inserido na produção social – com remuneração adequada para cobrir suas necessidades de sobrevivência –, e meio período para estudar. Mas isso supõe também o estabelecimento de um único sistema público e gratuito, que implica a completa estatização do sistema privado de ensino, sem indenização. Essas reivindicações devem combinar-se com a defesa do poder estudantil, ou seja, do comando da maioria, exercido na forma de soberania das assembleias universitárias.

Movimento Estudantil

Em 2010, a Executiva Nacional (ENESSO) alterou seu estatuto e decidiu não reconhecer a UNE nem a ANEL, mas, se vincular ao

Fórum Nacional de Federações e Executivas de Curso (FENEX) como alternativa de organização do ME. Isto foi um grande retrocesso!

Primeiro: se abandona a luta pela expulsão da burocracia pecebista/petista da direção da UNE, deixando o terreno mais livre para eles continuarem dirigindo a entidade nacional. Ao mesmo tempo, esta “adesão” reforça o princípio divisionista e aparelhista utilizado pelo PSTU e seus satélites para criarem, inicialmente a CONLUTE, e depois a ANEL.

Segundo: se retrocede a um tipo de associação corporativista – por cursos – quer dizer, abandona-se a perspectiva política geral que é a única que pode dar unidade ao movimento estudantil e da juventude como um todo. No lugar disso, postula-se a ilusória idéia de que as demandas “específicas” do curso de serviço social serão mais adequadas para organizar os estudantes de serviço social. A experiência mostrará que isto é completamente ilusório.

A resposta ao aparelhamento da UNE pelos estalinistas e reformistas deve ser a constituição de uma ampla frente antiburocrática que varra essas correntes da entidade e devolva aos estudantes este instrumento de luta. A criação de entidades supostamente puras só enfraquece a luta pela expulsão dessas correntes (UJS-PCdoB, Kizomba-PT e Mutirão-PPL), que mantêm sua influência sobre 97% das universidades (especialmente as privadas),

UFCG-Paraíba

Defesa do voto universal

Ainda em 2012 haverá eleições para a reitoria da UFCG. O reitor tenta aprovar um regimento eleitoral que se adequa às orientações da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e estabelece o peso do voto da categoria docente como 70% e o de estudantes e funcionários como 30%. Tal medida servirá para o fortalecimento da burocracia universitária que é composta por uma casta docente que controla a instituição e abre caminho à ingerência do Estado e das empresas no interior da vida universitária.

Setores do movimento sindical e estudantil entrincheiram-se por detrás da proposta de paridade, em que cada categoria tem o

UFCG/Paraíba

Reitor privatiza os H.U.s, mas estudantes, funcionários e professores insistem: FORA EBSEH!

Há tempos o reitor Thompson Mariz vem manifestando sua subordinação à política privatista do governo federal. Ampliou a chantagem de que sem a adesão à EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares) o HUAC fecharia em 2013 por falta de funcionários. Em vez de repercutir o argumento do governo para forçar a entrada da empresa, deveria ter exigido concurso público para preencher os cargos necessários. Aparentemente, Thompson, depois de uma década na reitoria, busca na EBSEH uma sequência para seu carreirismo. Sua proposta de criação da Universidade Federal do Sertão não decolou e a Lei da Ficha Limpa o impossibilita de participar das eleições como candidato. Não estranharemos se conquistar um posto de direção na empresa.

As manifestações estudantis, somadas ao posicionamento dos sindicatos de docentes e servidores, forçou o colegiado pleno a convocar um Fórum de debates sobre a EBSEH. O Fórum, aberto a toda a comunidade, reuniu-se nos dias 28 e 29 de maio e após

servindo como correia de transmissão dos interesses burgueses do governo federal.

A adesão à FENEX demonstra o equívoco em não saber diferenciar direção da entidade da própria entidade. Esse erro deve ser reparado urgentemente no próximo encontro nacional de 2013 onde será revisto novamente o estatuto, porém não pode ser deixado de lado das discussões desde já. E, não se pode tampouco ocultar que a própria FENEX é um protoaparelho partidário, da mesma forma que é a ANEL.

A Corrente Proletária Estudantil sempre atuou denunciando estes desvios comprometedores das direções do ME. Participou dos congressos (tanto da UNE quanto da Anel) denunciando a disputa de aparatos por estas direções, colocando na ordem do dia o combate a estatização da entidade UNE, para que esta rompa com o governo e defenda um programa de expropriação do ensino privado. E para isso defende a atuação da Anel dentro da UNE como fração revolucionária como forma imprescindível para varrer os burocratas e retomar a organização nacional dos estudantes com os princípios da independência política e organizativa e democracia para lutar pelo direito a Educação.

* Escrevemos este artigo antes da plenária final, por isso não comentamos as resoluções.

peso de 33,33%, ou seja, uma proposta que vê cada categoria como uma corporação e que ainda assim garante peso desproporcionalmente maior para o voto dos docentes.

Nós, da Corrente Proletária Estudantil, defendemos que se constitua um cogoverno, tripartite, constituído por estudantes, professores e funcionários. As eleições devem ser diretas e com voto universal e garantida a soberania da Assembleia Geral Universitária, que deve ser convocada para debater os rumos da universidade.

muito debate aprovou a Carta de Campina Grande, rechaçando a adesão à EBSEH.

O reitor convocou o colegiado pleno para tratar da questão no dia 28 de junho. Diante do movimento da comunidade universitária às portas da reunião, o reitor acatou conferir o quórum e prontamente aceitou que a reunião não ocorresse. Em seguida, no mesmo dia, resolveu assinar a adesão monocraticamente. Pisoteou a Autonomia Universitária, vilipendiou até mesmo o Colegiado Pleno, mostrando até onde os apetites pessoais e a subordinação à política de destruição do ensino superior público e gratuito podem ir.

Coloca-se para os lutadores o dever de barrar a EBSEH. Para isto, será fundamental massificar o movimento na universidade, buscar o apoio da população usuária do SUS e radicalizar os métodos ação. A manutenção do caráter público e gratuito dos H.U.s e da UFCG dependem desta luta!

USP: Como lutar pela democracia universitária?

A direção do DCE da USP convocou o XI Congresso de Estudantes sob o tema “Democracia na USP”. Esse tema é levantado em oposição às bandeiras e métodos de luta levantados pelos estudantes no final de 2011 (contra a entrada da PM no campus, contra os processos políticos contra estudantes e trabalhadores e pela saída do reitor autoritário). A oposição entre as bandeiras de luta e o tema abstrato pode ser comprovada pelo fato da própria direção do DCE ter colocado ambas em votação uma contra a outra em dois fóruns do movimento: no Conselho de Centros Acadêmicos e na Assembleia Geral dos estudantes. O chamado congresso temático será organizado ao redor de uma política distracionista, oposta na prática às bandeiras e métodos de luta do movimento.

Origem do autoritarismo na universidade

A USP é a universidade mais antidemocrática do país. Os resquícios da estrutura de poder vigente durante a ditadura militar são muitos e permanecem. Mas é um erro supor que o autoritarismo da USP é um fenômeno particular ou que possa ser superado nos limites de seus campi. Menos ainda por métodos dissuasivos.

A universidade que temos é a universidade burguesa. Ou seja, a universidade é controlada pela classe dominante da sociedade, a minoria exploradora da maioria. Para impor o controle da minoria, essa universidade tem uma estrutura antidemocrática por natureza. Do contrário, a minoria perderia seu controle sobre a universidade para a maioria.

Por isso, não pode haver democracia universitária sem a real autonomia universitária. Ou seja, o controle coletivo da universidade por quem estuda e trabalha, em oposição à ingerência dos capitalistas e seus governos, é a forma de concretizar a real democracia universitária.

As tentativas de democratizar a atual estrutura de poder autoritária, ampliando a participação de estudantes e funcionários nos gabinetes empoeirados da burocracia autoritária não são capazes de efetivar a democracia universitária. Isso porque preservam a estrutura de poder criada para manter o controle da minoria sobre a maioria, ou seja, preservam a ingerência da classe dominante e seus governos sobre a universidade. Ou seja, a política da “democratização” da estrutura de poder leva na prática a preservar o autoritarismo.

É através da luta, da mobilização pelas reivindicações, que os que estudam e trabalham se chocam contra o autoritarismo da casta burocrática dirigente da universidade, os governos e a classe dominante. Utilizam os métodos de luta dos explorados e se organizam de forma similar, essencialmente por meio da assembleia geral. Pela prática, percebem a necessidade de varrer com a casta burocrática parasitária e substituir o poder burocrático pelo dos organismos de massa. Romper com a influência dos governos e do poder econômico e estabelecer a autonomia contra eles, concretizada no controle coletivo por quem estuda e trabalha. A assembleia geral universitária se torna assim meio de mobilização, decisão coletiva e democrática, e embrião do poder dos que estudam e trabalham.

A burguesia controla diretamente a maior parte das universidades brasileiras, pois é proprietária de 90% das instituições, com 75% das vagas. A universidade pública é minoritária dentro do universo minoritário de acesso ao ensino superior para a juventude. A conquista da real autonomia e democracia universitárias está ligada à conquista do ensino público e gratuito para todos em todos os níveis, ou seja, à

destruição do ensino privado, através da estatização sem indenização da rede privada e controle coletivo por quem estuda e trabalha. Essa bandeira democrática é renunciada pela maioria das direções estudantis, incluída a do DCE USP.

Os que estudam e trabalham avançarão na luta e tenderão para a unidade com o movimento operário. Essa unidade criará a força capaz de impor a derrota geral ao estado burguês e aos capitalistas e conquistar a real autonomia e democracia universitárias.

O primeiro passo para isso é a defesa das bandeiras e dos métodos de luta que opõem os que estudam e trabalham à burocracia e aos governos. A resposta aos ataques privatistas, de precarização e elitização, movidos pela casta burocrática através de meios repressivos, é a forma concreta de se defender a democracia universitária.

Um balanço do movimento. Ou: como NÃO lutar pela democracia universitária

O XI Congresso dos Estudantes tem de levar em conta um balanço crítico do movimento estudantil na USP no último período.

A atual direção do DCE (PSol/PSTU) é de continuidade da gestão anterior (PSol). A direção psolista procurou se basear no controle dos aparatos dos CAs para desenvolver sua política. Eliminou as assembleias gerais e as substituiu pelos Conselhos de Centros Acadêmicos, onde tem maioria estável. Negou-se a responder aos ataques movidos pelo reitor-interventor em várias frentes, manifestados em políticas privatistas, elitistas e de precarização do ensino público. Em unidades que se levantaram à revelia da política conciliadora da direção, os movimentos foram mantidos isolados e divididos. Em resposta à ocupação de parte do bloco F pela moradia retomada, negou-se a convocar assembleia, generalizar a luta e combater os processos contra estudantes, que resultaram depois na eliminação de oito deles. Em resposta às medidas da reitoria, tomou como referência a imprensa e não os estudantes. O maior exemplo disso foi a resposta ao convênio USP-PM, em que se negou a convocar assembleia e tomou por base a “opinião” dos estudantes decretada pelo Estadão e pela Veja, que seria amplíssimamente favorável à intervenção policial.

A resposta dos estudantes da FFLCH à prisão de três acusados por porte de maconha, com uma ampla manifestação contrária à presença da polícia e as prisões, detonou uma onda de mobilização completamente avessa à política da direção. Logo após a prisão, feita por meio da repressão aos estudantes que ali protestavam, realizou-se espontaneamente uma assembleia, que decidiu ocupar o prédio administrativo da FFLCH. A direção se apavorou e buscou desesperadamente um acordo com a burocracia, às costas dos estudantes.

Consegui arrastar uma parcela de estudantes contrários à ocupação para uma assembleia que votou apertado o fim dela, mas que logo a seguir votou pela ocupação da reitoria. A direção, ao perceber que venceria a proposta de nova ocupação, abandonou a assembleia em meio à contagem de votos, declarando-a encerrada. Pior que isso, boicotou a ocupação e fez campanha contra ela em frente com a reitoria e a direita.

A violenta desocupação da reitoria, em meio às negociações, pela tropa de choque, levou a uma assembleia de milhares, que votou, contra a posição da direção, pela greve imediata e formação de um comando de base.

As assembleias de curso reagiram massivamente, com centenas em cada uma votando pela expulsão da PM, fim dos processos e saída

do reitor-interventor, e elegendo dezenas de delegados de base alheios à política da direção do DCE. Um grande movimento se colocou em pé. Manifestações de milhares nas ruas e assembleias multitudinárias expuseram a mentira do apoio da maioria estudantil à entrada da PM na universidade.

A direção do DCE tentou viabilizar um caminho de conciliação com a reitoria, através do chamado plano de segurança a ser negociado e da discussão de uma estatuinte distracionista, que desviasse os estudantes da luta concreta para a discussão abstrata de democracia sob a ditadura de Rodas e do governo do PSDB. Fracassou. E passou a boicotar o comando, que se tornou a direção de fato do movimento.

Nas férias, o reitor-interventor continuou seus ataques, mas o comando não foi capaz de responder. A calourada ficou nas mãos dos CAs. O comando se deixou levar pela política festiva de calourada, tentando esquerdizá-la sem mudar sua essência. O início do semes-

tre teve assembleias de curso concorrendo com as aulas e sob forte pressão antigreve. A primeira assembleia geral refletiu uma divisão entre os estudantes, mas votou o fim da greve. As eleições do DCE foram controladas pelos CAs e deram vitória folgada à atual direção. A expulsão de estudantes e novos processos motivou uma mobilização limitada, que encontrou na direção do DCE um freio disposto a canalizar tudo para a conversa mole do congresso temático sobre democracia. Sem a pressão do movimento, a reitoria amplia sua ofensiva. Anuncia mais repressão e mais autoritarismo. E mais medidas privatistas e elitistas.

O movimento estudantil tem de responder com luta às medidas do reitor/governo, e isso implica romper com a política conciliadora e distracionista da atual direção. Essa política, na prática, leva a manter o autoritarismo, escondendo-se sob o discurso pseudo radical de democracia.

No final de julho, se realiza a escola de quadros da região nordeste do Partido Operário Revolucionário. Um dos temas é o da tática revolucionária. Publicamos o resumo dos principais pontos do folheto Sobre a Tática, de Guillermo Lora. O folheto resultou de uma seleção feita pela regional do Ceará, que se utilizou das Obras Completas, do trotskista boliviano. A tática está condicionada pela estratégia, assim faz parte do programa. As respostas práticas do movimento operário e a luta de classes em geral exigem a aplicação da tática marxista. O POR prima por penetrar e desenvolver o programa no seio dos explorados. Por essa via, ajudará o proletariado a se tornar classe consciente e dirigir a maioria nacional oprimida para destruir o capitalismo e construir o socialismo.

Teses sobre a tática frentista

1 - A tática frentista é a tática empregada pelo partido revolucionário e obrigatória, enquanto este ainda não tenha conquistado a direção da ampla maioria das massas e chegado ao poder. Seu objetivo é unir as mais variadas tendências e agrupamentos políticos que reivindicam-se do proletariado e da esquerda, incluindo as organizações de massa dos explorados em geral e não unicamente proletárias, para uma potente frente das esquerdas. Esta unidade, portanto, exclui, desde já, a presença dos partidos governistas e burgueses como PMDB, PSDB, PDT, PSB etc. Quanto maior for o caráter de massa da frente, maior será sua força nos movimentos e mais largo será o campo de atuação para o partido revolucionário. Por isso, é importante que a frente englobe todas as organizações que controlem uma fração dos explorados, desde o estalinismo, passando pelo centrismo até o reformismo. Nas condições embrionárias de construção do POR é, não apenas possível, mas inclusive indispensável, que apareça perante as massas como uma corrente unitária, que luta pela unidade das esquerdas e assim ajude os explorados a perceberem todo o burocratismo das tendências não revolucionárias que, volta e meia, rejeitam toda unidade na luta, em proveito de suas intenções aparelhistas.

2 - A tática frentista pode se desdobrar desde as pequenas unidades frentistas pontuais (unidade em uma eleição sindical, estudantil) até a unidade mais ampla em escala nacional que envolva as classes exploradas (suas diversas tendências, federações, sindicatos etc.) sob a direção do proletariado, ou seja, do seu partido, que é a Frente Única Antiimperialista voltada unicamente para a tomada do poder e o estabelecimento do governo operário-camponês. A Frente Única Proletária (própria para os países imperialistas, onde o proletariado é uma

classe numerosa), que significa a unidade da classe operária (pouco numerosa nos países atrasados como o Brasil) encontrará sua realização, nos países semicoloniais, unicamente dentro da Frente Única Antiimperialista.

3 - Numa dada conjuntura política, a frente das esquerdas pode abranger um número maior ou menor de organizações. O que a experiência política tem comprovado, (acertadamente) é que a frente de esquerda, para que venha se estruturar, necessita da presença do partido revolucionário. Sem a presença do partido, a frente de esquerda se degenera rapidamente numa frente eleitoral ou numa frente formal para manter os explorados encabrestados e paralisados. O objetivo do partido revolucionário em estruturar uma frente pontual com outras organizações é, sempre, o de tentar ganhar para as posições revolucionárias, isto é, para o Partido Operário Revolucionário, a militância de base que segue o reformismo, o estalinismo e o centrismo.

4 - A participação do partido revolucionário em qualquer frente está sempre subordinada a saber qual seu programa e quais seus integrantes. Desde as frentes mais simples (como as estudantis, que se forjam no seio da universidade, contra a destruição do ensino, organizando atos e passeatas, por exemplo) até as mais complexas (como uma frente nacional para combater a lei antigreve) é imprescindível que tenham um caráter classista e que dela sejam afastados os grupos políticos burgueses. Nas grandes organizações de massa como sindicatos, federações ou centrais sindicais, que funcionam como organismos de frente única, o partido revolucionário muitas vezes é obrigado a conviver com organizações políticas governistas ou mesmo de direita. Estes organismos funcionam não como

Formação

frente de esquerda, mas como frente única (já que todas as tendências políticas presentes, de esquerda ou não, participam deles). No seu interior, o partido trabalha por unir as tendências de esquerda, para mais facilmente derrotar as tendências de direita, ao mesmo tempo em que luta, no interior das tendências de esquerda, por submetê-las à política revolucionária. O fato de se submeterem à política proletária não significa que deixaram de ser reformistas ou centristas, mas que se criaram as condições para que sua militância de base seja atraída para o partido revolucionário.

5 – Para que o partido revolucionário ganhe influência sobre seus aliados ocasionais, é necessário que não se dissolva na frente que unifica tendências de esquerda. O direito de livre propaganda das suas idéias e o direito de crítica devem ser considerados parte da democracia operária e do funcionamento da frente. Uma frente ocasional ou não, que proíba o partido revolucionário de aparecer como partido em suas atividades, manifestações e reuniões, não serve aos revolucionários. Estamos, obviamente, nos referindo a uma suposta frente que se forme reivindicando-se da esquerda (como evidenciamos em alguns movimentos dirigidos pelo anarquismo), que não permita a propaganda do marxismo, e não ao sindicato (como frente única) que, por mais reacionária que seja sua direção, será sempre um campo de atuação obrigatório para o partido revolucionário.

6 - Não pode existir uma frente sem o predomínio político de uma corrente ou outra. Uma frente cuja política seja a soma de todos os programas e idéias dos agrupamentos políticos participantes não existe. Toda frente é dirigida pela tendência política mais forte, o que não significa dizer a mais numerosa, mas pela que possui maior autoridade, maior influência. Isto implica dizer que os demais setores presentes na frente ou se submeterem a esta corrente mais forte ou ainda não adquiriram força suficiente para impor sua linha política dentro desta unidade frentista. Por sua pouca penetração no movimento de massas, o POR estará obrigado a ocupar o pólo revolucionário

minoritário no interior de uma frente de esquerda e por meio da sua crítica aglutinar ao seu redor os melhores militantes das organizações reformistas/centristas. O direito de crítica no interior da frente é fundamental para que o POR possa revelar a fraqueza, a inconsistência e mesmo o burocratismo de seus aliados temporários. Apenas a experiência concreta, de cada caso particular, poderá dizer qual o momento mais oportuno para a ruptura ou cisão da frente sempre com vistas a impulsionar o movimento e fortalecer o partido revolucionário. Em todo caso, a linha geral dos trotskistas é lutar com todas as forças para subordinar a frente à política revolucionária, isto é, à estratégia da revolução e aos métodos próprios dos explorados.

7- Em se tratando não de frentes pontuais, que ocorrem em cada lugar e a cada momento, mas de frentes amplas e nacionais, os reformistas/estalinistas apregoam inevitavelmente uma frente ampla eleitoreira ou mesmo a Frente Popular de colaboração de classe com a burguesia/imperialismo, onde o partido revolucionário não pode ter lugar, sob pena de trair a causa revolucionária. A esta tática de *Frente Popular*, com partidos burgueses, que abarca as amplas massas oprimidas e as submete à burguesia (e nas quais PT e PC do B tem um longo histórico de traição) o partido do proletariado opõe a Frente Única Anti-imperialista. Esta última é a unidade da nação oprimida sob a direção política do proletariado para consumir a revolução e a ditadura proletárias. A Frente Anti-imperialista é a unidade de todas as tendências políticas de esquerda (não importando qual linha particular sigam), das organizações dos explorados do campo, pequeno burgueses urbanos e proletários sob a direção da classe operária. Ou seja, que adotem o programa e os métodos de luta revolucionários. A experiência histórica demonstra que sem o partido revolucionário não é possível a revolução e ditadura proletárias (no máximo ditaduras da burocracia estalinista). Todo o esforço de estruturar a Frente Anti-imperialista, como tática, tem como finalidade última e inadiável fortalecer o partido revolucionário, que no Brasil tem seu embrião no Partido Operário Revolucionário.

Escola de quadros do nordeste

A crise mundial do capitalismo e o Brasil semicolonial

Publicamos abaixo um sumário dos temas que serão estudados coletivamente na Escola de Quadros do Nordeste no final de julho:

1. TRECHOS DE O CAPITAL SOBRE A ESSÊNCIA DO CAPITALISMO E OS FUNDAMENTOS DA CRISE (KARL MARX)

- a) A produção de mercadorias
- b) A força de trabalho como mercadoria e a produção de mais-valia
- c) Processo de exploração e os métodos de extração de mais-valia
- d) A Lei Fundamental do Capitalismo: miséria para os trabalhadores, concentração de riqueza para os capitalistas
- e) Mudanças na composição orgânica do capital, lei da tendência à queda da taxa de lucro e desenvolvimento de crises

2. TRECHOS DE “O MANIFESTO COMUNISTA” (KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS) – FORÇAS PRODUTIVAS NO CAPITALISMO versus RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

3. TRECHOS DE “DO SOCIALISMO UTÓPICO AO SOCIALISMO CIENTÍFICO” – CRISE DO CAPITALISMO E AS CONDIÇÕES DO SOCIALISMO (FRIEDRICH ENGELS)

4. TRECHOS DE “O IMPERIALISMO, FASE SUPERIOR DO CAPITALISMO” (V.I. LÊNIN) – O CAPITALISMO EM SUA FASE DE AGONIA

5. TRECHOS DE “AONDE VAI A FRANÇA?” (LEON TROTSKY) – CRISES CONJUNTURAIS E CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

- a) A premissa econômica da revolução socialista
- b) Esta crise é a última crise do capitalismo ou não?
- c) Fatalismo e marxismo

6. TRECHO DE “PROGRAMA DE TRANSIÇÃO” (TROTSKY) – SOBRE A IV INTERNACIONAL

Nesta edição:

- Situação europeia só tem se agravado
- Ataques contra o trotskismo: sintoma de que se prepara uma dura repressão
- Resolução sobre o Paraguai

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

Situação europeia só tem se agravado

Espanha

O ex-chefe do FMI terá que prestar depoimento sobre acusações que envolvem fraudes em torno do Banco Bankia – recentemente estatizado pelo governo espanhol, que previa sua quebra. Além do Bankia, sob administração do governo, encontram-se o Novacaixa, Banco de Valencia e CalanyaCaixa – todos envolvidos em fraudes e sofrendo processo.

No dia 29 de junho, em uma reunião de cúpula da União Europeia, a Espanha conseguiu, junto à Itália, que Alemanha e França aprovassem uma ajuda direta aos bancos que enfrentam situação semelhante ao Bankia. O acordo foi fechado, desvinculado a injeção de capital aos bancos das dívidas públicas já existentes.

Desde maio, o governo espanhol, tendo à sombra o italiano, vem buscando salvar o sistema financeiro de seu país. A preocupação dos governos burgueses não é o aumento do desemprego, que cresceu no mês de maio para 11,1% em toda zona do euro e chegou a 24,6% na Espanha (maior índice). Esse já é o 13º mês consecutivo em que as taxas vêm crescendo, atingindo já quase 18 milhões de pessoas nos 17 países que compõem o bloco. Na Grécia, chegou aos 21,9% e, na Itália, a 10,1%.

A ajuda estimada à Espanha chega a 100 bilhões de euros – parte aumentaria a dívida do Estado e parte seria repassada diretamente aos bancos, que continuariam sofrendo intervenção estatal e deveriam seguir regras mais “rígidas”. Na prática, trata-se de uma artimanha para recapitalizar os bancos em dificuldade sem que isso pese diretamente sobre o déficit público espanhol, cuja economia ainda é uma das maiores do Euro.

O medo de que o Governo não honre suas dívidas e não contenha a sangria do déficit público tem colocado em alerta os governos dos demais países. Fala-se já de alterar o prazo para a diminuição do déficit da Espanha, que hoje está estimado em 6,4% e deveria atingir 3% até 2013. Pretende-se arrastar por mais um ano a meta.

A ajuda ao governo espanhol vem ligada a uma série de “recomendações”. O presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, afirmou que as autoridades espanholas estão dispostas a fazer reformas estruturais nos gastos do governo. O país, que encerrou 2011 com um déficit de 8,9%, comprometeu-se a baixar para 5,3% em 2012.

As medidas recessivas agravam o quadro de desemprego e retirada de direitos aos ainda empregados. As manifestações que ocorreram no mês de maio mostraram um descontentamento que vem crescendo e tomando outros setores, não apenas a juventude – protagonista das

maiores manifestações nos últimos anos.

Como na Grécia, o governo espanhol seguirá a cartilha imposta pela Troika. Mais desemprego, recessão e medidas de austeridade são esperados. Novos levantes, manifestações, greves devem ainda sacudir o país no presente ano.

Itália: dívida e recessão crescem

O pronunciamento oficial do presidente do Banco Central italiano é de que a economia se retraía 2% em 2012. A dívida italiana teve de ser refinanciada a juros próximos dos 6%, como já ocorreu com a Espanha.

Com o desemprego na casa dos 10%, a Itália é a próxima na fila a se socorrer de ajuda externa, embora na reunião do dia 29 de junho tenha negado a necessidade de auxílio para socorrer seu sistema financeiro. O mesmo discurso poderíamos reproduzir dos políticos espanhóis até alguns meses atrás. Como em um dominó, todas as peças vêm caindo, porque o entrelaçamento das dívidas, ligadas a títulos públicos e privados, mais as medidas de austeridade, impedem a sustentação do jogo especulativo por muito tempo.

A queima dessas gigantescas somas de dinheiro é a destruição de riquezas acumuladas que não puderam ser revertidas em desenvolvimento das forças produtivas, em desenvolvimento dos mais ricos países do globo. Com a situação tornando-se cada dia mais grave, uns fazem o discurso da necessidade de solidariedade no interior do bloco e outros do protecionismo.

Enquanto a Itália, através de seu Primeiro Ministro, reclama dos pronunciamentos dos governos da Holanda e Finlândia, que têm se oposto a novas ajudas, o governo finlandês disse, explicitamente, através de sua Primeira Ministra, que prefere sair da zona do euro a continuar pagando dívidas dos demais países.

A indignação da Primeira Ministra da Finlândia diz respeito à posição defendida por Itália e Espanha de que o Fundo de Estabilidade Econômica compre diretamente do mercado secundário, ou seja, dos bancos, no caso da Espanha, os títulos podres. Como a proposta foi aprovada no dia 29 de junho, suas declarações no início de julho indicam que vários países estão sendo pressionados internamente para não continuarem despejando dinheiro para esse barco furado.

Euro se desvaloriza e novos países pedem ajuda

O euro chegou a 1,2266 em relação ao dólar no início do mês de julho. É seu pior resultado desde julho de 2010, o que evidencia de

fato uma forte desvalorização, ligada não apenas à guerra cambial (pois a China também desvalorizou sua moeda), mas a uma profunda desaceleração nas economias da zona do euro. Dos 17 países que adotam a moeda, temos Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha, Itália e agora Chipre em uma situação de instabilidade econômica, alto déficit e aumento da dívida pública.

Chipre, que ingressou na zona do euro em 2008, logo no início da crise, tinha como principal parceira comercial a Grécia. Com o desmoronar desta, a situação do país só piorou. Recentemente, solicitou da Rússia um empréstimo de 5 bilhões de euros para ajudar seus bancos. O grupo que forma a Troika (BCE, FMI, CE) foi ao país verificar suas contas e verificar em que termos poderia fornecer ajuda, impondo, é óbvio, uma agenda de corte de gastos e destruição de direitos sociais.

Caso se confirme o resgate, será o quinto país da zona do euro a ser socorrido. Como em Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha, a ajuda chegará ao setor financeiro e não à população. Sem dúvida, recessão, desemprego e revolta atingirão o país.

Ainda uma longa crise pela frente

No dia 09 de julho, a França pôde emitir títulos de sua dívida a taxas negativas. Isso significa que, como Alemanha, Holanda e Dinamarca, os investidores resolverem pagar para poder emprestar ao país. Medida aparentemente contraditória, uma vez que o capital especulativo tende a comprar títulos com juros mais altos, demonstra apenas o desespero dos especuladores que preferem perder parte de seu capital a deixá-lo parado ou sob o risco de países menos “confiáveis”, como Itália ou Espanha.

Contudo, ainda que um grupo restrito de países mantenha-se firme, a economia de todas as nações da Europa encontra-se fortemente

desequilibrada. O comércio e as vendas não acompanham os lances especulativos na bolsa de forma paralela. Um exemplo é que, na França, o balanço da Citröen evidencia a crise em todo continente. Seus principais mercados consumidores apresentaram retração (França, Espanha e Itália). Suas vendas despencaram 15% em toda a Europa, o que levou a segunda maior montadora da região a anunciar o fechamento de uma fábrica perto de Paris, que levará ao desemprego milhares de operários franceses.

Sob essa perspectiva, o capital financeiro alimenta desequilíbrios regionais, os quais, por sua vez, provocam crises políticas e predomínio de uns países sobre outros. No entanto, essa massa de capital não pode reverter a crise industrial que se arrasta. O desequilíbrio entre compra e venda, entre oferta e procura, na economia real, não consegue facilmente ser desfeito por meio dos lances nas bolsas de valores.

A retomada do crescimento na Europa não aparece em nenhum dos prognósticos atuais. Alemanha, Holanda, Finlândia aparecem como fortalezas de estabilidade, mas dependem, como outras economias, do mercado continental e mundial. Logo serão obrigados a tomar medidas mais austeras para manter as “contas” em dia.

O problema está na impossibilidade de os trabalhadores desses países terem uma política independente para enfrentar a crise. Isso porque os sindicatos e centrais são ou social-democratas, ou estalinistas. Sem dúvida, todos os países em algum momento serão sacudidos pelas manifestações e atos contra as medidas de austeridade e contra o salvamento a bancos e a instituições financeiras.

A crise abrirá novas portas para a luta continental – a bandeira dos Estados Socialistas da Europa ganha concretude – faltam, porém, as organizações proletárias que a erguerão. Falta reconstruir a IV Internacional e erguer os partidos revolucionários em cada país.

Bolívia:

Ataques contra o trotskismo: sintoma de que se prepara uma dura repressão

O governo equivocadamente acredita que extirpando os agitadores do seio das massas acabará com a convulsão social. Considera uma tarefa prioritária destruir fisicamente o trotskismo e vai utilizar tanto a repressão judicial como a violência física. É uma tarefa do Partido Revolucionário aumentar ao extremo as medidas de segurança e consolidar uma organização bolchevique de ferro.

Com muita frequência, diante dos movimentos indígenas e dos motins policiais, altos funcionários do governo saem à imprensa tentando vincular o trotskismo com movimentos subversivos e golpistas junto com a direita reacionária. García Linera e Carlos Romero, repetidamente, têm afirmado que os trotskistas estão em um franco afã conspirativo ao atuar no seio dos movimentos indígenas e do apoio ao motim policial. Recentemente, o vice-ministro da descolonização, Felix Cardenas, foi mais longe, lançou um ataque furioso contra os professores trotskistas dizendo que eles eram machistas e discriminadores, disse que a educação não pode estar nas mãos dessa gente e corresponde bater de frente contra eles para extirpá-los de vez do seio do magistério, garantindo assim a plena implementação da reforma educativa “Sinai – Perez” instrumento, segundo ele, “para alcançar uma eficaz descolonização dos povos oprimidos até agora neste parte do continente e no Abya Yala (nome dado ao continente americano pelo povo Kuna do Panamá e Colômbia antes da chegada de Cristó-

vão Colombo, nota do editor)”.

O governo, seus lacaios estalinistas e, finalmente, os burocratas da Central Operária Boliviana (que em sua última reunião ampliada de dirigentes aprovaram uma resolução condenando “os extremistas e anarquistas”, como uns “oportunistas porque eles se colam a todos os movimentos sociais para cobrar vigência”) não se cansam de assinalar que o trotskismo é um movimento marginal. Cujas idéias estão fora da realidade.

Então vale a pena perguntar: por que os ataques tão rancorosos contra ele? Por acaso, dedicar tanta tinta para um movimento insignificante não é fazer uma campanha gratuita e propiciar seu crescimento no seio das massas?

A realidade é outra, o programa do POR, neste momento, encarna a luta pela satisfação das necessidades vitais dos explorados e da necessidade de varrer toda esta farsa de que a Bolívia inaugurou uma nova era em sua história que irá garantir a felicidade das gerações futuras. Da mentira das nacionalizações que, em última análise, significa submissão aos interesses das multinacionais, a raiva que os explorados sentem da incapacidade deste governo, a necessidade de lutar para enterrar este regime de exploração vigente. Nesta medida, o trotskismo é um perigo que deve ser removido de um ambiente social convulsivo e perigoso para os interesses das multinacionais imperialistas da classe

dominante nativa que tem como servo o governo do MAS.

A repressão nas mãos dos governos burgueses costuma tomar duas direções ou combinar ambas: o caminho da perseguição judicial parece ser o favorito até agora, pois mantém a máscara de “democrático” a um governo francamente ditatorial, mas quando as contradições sociais chegarem a um ponto absolutamente beligerante, é possível que também recorra ao caminho da repressão violenta e física. Em ambos os casos pretende abarrotar as prisões de dirigentes sindicais consequentes e militantes revolucionários. Sem dúvida, este governo burguês - como os seus similares - tem uma mentalidade policialesca que acredita que a removendo os “agitadores” pode acabar com a convulsão social cujas causas, tais como a pobreza, o desemprego, a fome, etc. são de natureza objetiva, agora muito mais acentuada devido à crise estrutural do capitalismo.

O partido revolucionário deve estar preparado para repelir todos esses preparativos repressivos e a condição número um é nos soldarmos firmemente no seio dos explorados para marchar com eles até destruir o Estado burguês, em seguida, cerrar fileiras para impedir que os agentes provocadores se incrustem dentro dele, a fim de destruí-lo internamente e, finalmente, deve retornar à tradição de realizar uma rígida atividade clandestina para mover-se sem ser visto e burlar o controle do Estado, sendo que o objetivo estratégico é acabar com a propriedade privada e o Estado burguês recorrendo à ação direta das massas, está claro que somos forçados a consolidar uma sólida organização realmente bolchevique para cumprir o papel de estado maior da classe revolucionária, do proletariado à frente de toda a nação oprimida.

(Extraído do Jornal Masas boliviano Nº 2272, de 20/07/12)

Resolução sobre o Paraguai

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se reuniu em julho e aprovou o seguinte texto sobre o golpe no Paraguai:

1. O fundamental da crise política no Paraguai, que levou à destituição do Presidente da República, Fernando Lugo, está na violência reacionária do Estado burguês contra os camponeses que ocupavam a fazenda do latifundiário e ex-senador Blas N. Riquelme. A ordem para a Polícia Nacional de usar a força contra os sem-terra partiu do ministro do Interior. A ação que contou com cerca de 300 homens demonstrou que foi planejada como uma operação de guerra. As autoridades contabilizaram 11 trabalhadores mortos e uma centena de feridos. Corpos foram encontrados na mata, o que indicou fuzilamento. Do lado da repressão, 6 policiais tombaram. O movimento camponês põe em dúvida tamanha capacidade de resistência. O governo acusa o Exército do Povo Paraguaio (EPP). No entanto, há suspeita de que houve um complô no interior do aparato de repressão. Essa dúvida não deve ocultar o essencial. A resistência armada dos pobres do campo contra a minoria opressora é parte da luta de classes e deve ser defendida como um direito. As autoridades paraguaias e a imprensa controlada pela oligarquia fizeram campanha em torno das mortes dos policiais. Esconderam a identidade dos camponeses brutalmente assassinados. Mentiram quanto à capacidade de armamento dos sem-terra. Procuraram, assim, obscurecer a responsabilidade do Estado e da oligarquia dominante pelo massacre no Departamento de Canindeyú. Em nome da classe operária e dos camponeses da América Latina, o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional denuncia a burguesia paraguaia, o governo Lugo, os partidos que compõem a ordem política do País, os meios de comunicação e todos aqueles que se calaram diante da barbárie desfechada contra os pobres do campo. O Comitê de Enlace defende que se constitua um Tribunal Popular saído do seio dos explorados para apurar o ocorrido no departamento de Canandyu e punir os crimes da burguesia contra os pobres do campo.
2. O golpe de Estado desencadeado pelo Congresso Nacional que derrubou Fernando Lugo se deveu não ao fato deste ser defensor dos camponeses contra os latifundiários e multinacionais, mas sim porque mostrou ser um boneco imprestável para os interesses do capital. As massas empobrecidas o levaram ao poder por meio das eleições, acreditando conseguir por essa via solucionar suas aspirações e resolver os problemas imediatos da fome. A frente Ampla que o apoiou (Aliança Patriótica para Mudança), da qual participava o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), convenceu os camponeses de que a sua vitória eleitoral abriria as portas para a reforma agrária. Um dos maiores obstáculos para se realizar a descon-

centração da propriedade fundiária e possibilitar o acesso à terra pelos pobres do campo se encontrava no velho Partido Colorado. Derrotá-lo seria um passo para um novo governo progressista começar as transformações econômicas e sociais do Paraguai. Mas a demagogia reformista pequeno-burguesa não resistiu às reais forças sociais em confronto. Lugo e sua Aliança Patriótica para Mudança logo se adaptaram ao domínio dos colorados, ou seja, da oligarquia fundiária e do imperialismo norte-americano, bem como dos interesses da burguesia brasileira. Os exploradores internos e saqueadores externos não podem acusar o padre da Teologia da Libertação que virou Presidente de provocar qualquer ruptura com a ordem. Fernando Lugo se submeteu à grande propriedade, à agroindústria, aos agroexportadores e às multinacionais. Três posições destacaram o servilismo do governo que se pretendia reformista: abertura das fronteiras nacionais para maior penetração do capital multinacional, facilitação para a presença militar dos Estados Unidos no País e atendimento das exigências do governo brasileiro de se manterem os acordos contraídos na época da ditadura de Stroessner (Itaipu) e garantias aos brasiguaios. A negativa do Senado em permitir que a Venezuela ingressasse no Mercosul, contra a vontade de todos os demais membros, indicou o quanto a Casa Branca maneja o real poder do Estado no Paraguai. O apoio do governo Lugo à causa dos colonizadores estrangeiros (brasiguaios) contra os camponeses que ocuparam as terras do sojeiro Tranquilo Favero, no conflito de Ñacunday, pôs definitivamente fim à retórica sobre a reforma agrária. Lugo deixou claro à Liga Nacional de Carpeiros que acima do movimento sem-terra estavam a lei e a Justiça, criadas pela oligarquia ao longo da história do Paraguai. De nada adiantou a Comissão da Verdade e da Justiça expor em seu relatório sobre os direitos humanos que a ditadura do general Stroessner facultou legalizar 6,75 milhões hectares em favor de grileiros e que, nos 15 anos posteriores à sua queda em 1989, 1 milhão teve o mesmo destino. Dada a gigantesca concentração fundiária e o avanço da agroindústria, a luta de classes no campo se ampliou e se agudizou. A direita, encabeçada pelo partido Colorado, acusou o governo Lugo de ser incapaz de conter as ocupações de terras. Responsabilizou-o pela inépcia em esmagar o Exército do Povo Paraguaio e em acabar com a influência das FARC colombianas na região norte do País. O partido Liberal, base de sustentação do governo, por sua vez, seguiu a mesma linha. Lugo já não governava. O seu vice, Federico Franco, conspirava com os Colorados. O ataque policial aos camponeses no Departamento

de Canindeyú e o resultado sangrento serviram como últimas justificativas para efetuar o golpe de Estado.

3. O impeachment assombrou os governos do Mercosul e Unasul. A operação cirúrgica do Congresso Nacional foi questionada. Lugo poderia ser destituído pelo Parlamento, mas tinha de ser permitido o direito de defesa. O golpe foi preparado dentro da legalidade, segundo a Constituição. O Presidente eleito não responde àqueles que o elegeram. O povo que o colocou na Presidência pelo voto não é quem tem o poder destituí-lo. O poder de destituição está nas mãos do Congresso Nacional. De acordo com esse preceito constitucional, ter ou não ter o direito de se defender não passa de uma formalidade jurídica. Na democracia burguesa, não há soberania popular. Não é real o preceito democrático de que o poder emana do povo. A máscara legalista que serviu ao golpe anulou o democratismo dos governos ditos de esquerda, popular ou progressista, que não fizeram senão reclamar da rapidez do processo de cassação e da impossibilidade de defesa do Presidente. Os governos da Venezuela, Bolívia, Equador e Argentina caracterizaram como golpe de Estado. Os governos brasileiro e chileno foram mais cautelosos. Por meio da OEA, os Estados Unidos agiram em defesa da constitucionalidade em que se amparou o impeachment. O México, Colômbia e o Peru, alinhados aos Estados Unidos, reconheceram o novo governo de Federico Franco. A movimentação demagógica do Mercosul e Unasul em torno de cláusulas democráticas não resiste às tendências ditatoriais das burguesias semicoloniais, submetidas até a alma ao imperialismo. A garantia do golpe contra o governo de Manuel Zelaya, em junho de 2009, em Honduras, dada pelos Estados Unidos, mostrou a impotência democrática dos governos de esquerda, que tiveram finalmente de abaixar a cabeça. É o que está se repetindo agora no caso do Paraguai. Não há acontecimento político de importância em que não esteja presente o imperialismo. Para se questionar verdadeiramente o golpe, é necessário rechaçar a intervenção norte-americana. É o que se verificou em Honduras e é o que se verifica no Paraguai. Em maior ou menor grau, os governos latino-americanos que criticaram ou que rechaçaram a medida golpista do Congresso Nacional estão subordinados, atados ou condicionados ao imperialismo. Não lhes é desconhecido que o golpe se assenta não apenas nas pressões exercidas pela oligarquia paraguaia mas também nas das multinacionais, como Monsanto, Cargill, Rio Tinto, etc. Obrigatoriamente, uma posição contrária ao golpismo oligárquico começa por criar um movimento antiimperialista. Há um vínculo indissolúvel entre a debilidade das burguesias nacionais das semicolônias, a instabilidade da democracia burguesa e a pesada intervenção do imperialismo, tendo à frente os Estados Unidos. Estão em choque com as tarefas democráticas não solucionadas, como a reforma agrária, e com as necessidades fundamentais da maioria nacional oprimida. Os governos democratizantes e pretensamente reformistas se deparam com a reação oligárquica e com os interesses do capital imperialista. O governo Lugo e sua Frente Ampla inevitavelmente se decompuseram. Não foram capazes de cumprir a promessa de reforma agrária e de soberania do Paraguai. A violência desfechada contra os sem-terra em Canindeyú demonstrou o precipício que separava o governo dos explorados. Lugo aceitou a sua destituição sem a menor resistência. Recorreu à Suprema Corte. Esta considerou o golpe como constitucional. A Igreja abençoou o golpista Federico Franco. Assim se legitimou internamente o impeachment e externamente serviu de defesa diante das críticas dos aliados de Lugo. As massas não saíram às ruas em defesa do Presidente. Não poderiam identificá-lo como seu governo. De fato, não o era, nunca

foi. Serviram-lhe tão somente de instrumento para formar um governo burguês com pretensões reformistas. Está aí por que o presidente deposto foi à justiça burguesa e rechaçou a possibilidade das massas saírem às ruas contra o Congresso Nacional, a oligarquia e o imperialismo. Federico Franco usou o mesmo argumento, de se evitar uma “guerra civil”, para justificar a cassação de Lugo sem necessidade do direito à defesa. Lugo e Franco ocuparam a mesma posição na crise política frente à população paraguaia • evitar a intervenção das massas e a convulsão social.

4. É necessário extrair dos acontecimentos que resultaram no massacre dos camponeses de Canindeyú e o golpe de Estado as lições e conclusões fundamentais. A começar pela necessidade dos oprimidos do campo superarem as ilusões democráticas na possibilidade de um governo reformista solucionar o seu choque com os latifundiários e a agroindústria. Enquanto estiverem sob a direção pequeno burguesa, que lhes oferece o paraíso no seio do capitalismo, não poderão desenvolver a luta de classes no campo e derrotar os seus escravizadores. No entanto, essa tarefa política não poderá ser assimilada e posta em prática pelos pobres do campo sem que o programa do proletariado de expropriação revolucionária da grande propriedade privada dos meios de produção penetre no movimento camponês. A aliança operária e camponesa é a condição para a maioria nacional oprimida se levantar com uma força indestrutível. O fato dos sem-terra de Canindeyú suportarem isoladamente todo o peso da máquina burguesa deve levar à conclusão de que nenhum setor isoladamente imporá suas aspirações à burguesia sanguinária, principalmente arrancar-lhe as terras. Por mais que a burguesia e o imperialismo no Paraguai pretendam mostrar que a ditadura do general Alfredo Stroessner ficou para trás, e por mais que os governos latino-americanos critiquem o golpe palaciano, a democracia sempre será um poder da oligarquia. A luta pela terra não tem como ser separada da luta revolucionária pelo poder. O massacre de Canindeyú mostra que os exploradores não aceitarão que os camponeses avancem um só milímetro sobre a sua sagrada propriedade. Qualquer que seja o governo, mais ou menos democrático, atacará fisicamente os trabalhadores que ousarem ocupar uma das propriedades. A posição de que sob um governo “progressista”, “popular” e “democrático” torna-se possível ocupar terras e que este sob pressão executará a reforma agrária é um sonho irresponsável e reacionário. A luta pela terra para se impor deve estar sob a estratégia da conquista do governo operário e camponês. A aliança dos pobres do campo com os trabalhadores urbanos permitirá a derrubada da burguesia do poder e expulsar o imperialismo do País e constituir a ditadura revolucionária do proletariado. Somente a democracia da classe operária dará plena liberdade para os camponeses ir até as últimas consequências na sua aspiração de acesso à terra. O poder do Estado operário estará inteiramente a serviço da nacionalização das terras. A expropriação das multinacionais e da agroindústria abrirá caminho para iniciar o processo de constituição da propriedade coletiva e desenvolvimento das forças produtivas socialistas. O Comitê de Enlace reconhece que o grande obstáculo que se interpõe entre as massas e o programa proletário é a ausência de um partido marxista-leninista-trotskista no Paraguai. Há que superá-lo partindo da trágica experiência em Canandyu, recuperando a contundente luta de classes e nacionais na história do País e apoiando-se nas ricas conquistas do movimento mundial do proletariado. O Comitê de Enlace convoca os explorados de todas as latitudes a dar um viva aos mártires de Canandyu, exigir a punição dos assassinos e a apoiar o combate dos camponeses pela expropriação e nacionalização das terras.